**Transcrito por** Matheus Henrique do Couto Kronemberger

**Arquivo:** STE-001

**Carlos Brant Jr (mestre de cerimônias) –** Senhoras e Senhores; será dado o inicio ao seminário da Associação Nacional dos Servidores da carreira de planejamento do orçamento 2013. Convidamos para compor a mesa de abertura o Presidente da Assecor, Senhor Eduardo Rodrigues. Assessora econômica do Ministério do Planejamento, Senhora Ester Dwek. Representando neste ato a Ministra do Planejamento de orçamento e gestão, Miriam Belchior. O Ministro do Planejamento e orçamento, Senhor Fernando Couto. Representando neste ato a secretária de planejamento e investimentos estratégicos, Senhora Esther Bermeguy. O secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Senhor José Roberto Fernandes Junior. Senhoras e Senhores, a edição 2013 do seminário da Assecor, consolida neste espaço, como um fórum privilegiado de debates sobre planejamento e orçamento público. Neste evento, acadêmicos e profissionais que atuam na área poderão discutir os principais problemas que comprometem o desempenho do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, apresentar sugestões concretas em termos de revisão, estruturas e processos para o seu aperfeiçoamento. O seminário contribuirá também para a gestão da carreira de planejamento e orçamento por meio da reflexão sobre suas atribuições, denominação e mobilidade. Solicitamos aos presentes que se coloquem em posição de respeito para ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(Hino Nacional Brasileiro)

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas

De um povo heroico o brado retumbante,

E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,

Brilhou no céu da pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade

Conseguimos conquistar com braço forte,

Em teu seio, ó liberdade,

Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó pátria amada,

Idolatrada,

Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido

De amor e de esperança à terra desce,

Se em teu formoso céu, risonho e límpido,

A imagem do cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,

És belo, és forte, impávido colosso,

E o teu futuro espelha essa grandeza.

Terra adorada,

Entre outras mil,

És tu, Brasil,

Ó pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,

Pátria amada,

Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,

Ao som do mar e à luz do céu profundo,

Fulguras, ó Brasil, florão da América,

Iluminado ao sol do novo mundo!

Do que a terra mais garrida

Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;

"Nossos bosques têm mais vida",

"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó pátria amada,

Idolatrada,

Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo

O lábaro que ostentas estrelado,

E diga o verde-louro dessa flâmula

- Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,

Verás que um filho teu não foge à luta,

Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada

Entre outras mil,

És tu, Brasil,

Ó pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,

Pátria amada,

Brasil!

**Carlos Brant Jr (mestre de cerimônias) –** Para saudação de boas-vindas aos participantes, tem palavra o Presidente da Assecor, Senhor Eduardo Rodrigues.

**P/Eduardo Rodrigues –** Bom dia a todos. Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer aos componentes da mesa, porque eles sabem de toda a dificuldade de sair do dia a dia, muito trabalho, então gostaria de agradecer a Ministra Ester Dwek, assessora econômica, representando aqui a Ministra, que sempre homenageia nossos eventos, muito obrigado. O José Roberto que é o secretário da secretaria de orçamento que homenageia o nosso evento, agradecido. Ele é a única pessoa representando aqui a secretária Esther Bermenguy que está em viagem, então muito agradecido e aos componentes, demais membros que estão aqui. *Professor Fernando Rezende* agradecido pela sua presença. O professor Amado, o Marcio Bastos, enfim, todos os membros das demais mesas e os colegas da carreira, que nós sabemos o esforço, que muitos estão em posições estratégicas no setor de orçamento. Nosso setor de planejamento na esplanada e sabemos que é difícil realmente tirar um dia, dois para a parte de conhecimento, então em primeiro lugar agradecer. Esse seminário se insere num esforço, numa mudança de rumo da associação que a partir de 2010 se propôs a contribuir, não só pela guia dos seus membros de forma independente dentro dos Ministérios e suas posições, mas como entidade, que tem a contribuir, tem como fomentar o debate. Então esse é o nosso quarto seminário, que tratando em rígida escuta de um modo geral, tratando da qualidade das políticas. Ela vem do fortalecimento do centro de planejamento em universos anteriores, propusemos no debate como poderia introduzir um plano nacional de desenvolvimento, discutimos a participação social no nosso ultimo seminário e nesse agora, nós estamos nos debruçando sobre nosso próprio sistema. Então fechamos um pouco o foco para pensar qual a estrutura necessária para levar a cabo um planejamento que realmente seja um instrumento para o desenvolvimento nacional. O valor do planejamento em si. Acho que vem da disputa, pelo menos ninguém do nosso campo, quem está no governo agora, da nossa militância. Mas a estrutura de como de fato, dar suporte pra que o processo de planejamento seja estratégico e envolva desde o Presidente da República até o último servidor servindo ao campo, enviando ao público como é que ele surge. Pensar no longo prazo que todos estão criando, em que parte da engrenagem estamos e quais os desafios, como institucionalizar isso e isso funcionar? Todos os processos do planejamento ligados à gestão. A isso ele se propõe a substituir hoje, tocando em um sistema de planejamento e orçamento. Já passo a palavra então para Ester Dwek e na sequência o José Roberto e por último oDanilo.

**P/Ester Dwek –** Bom dia a todos, em primeiro lugar queria agradecer ao convite feito pela Assecor e ao Presidente da Assecor, o Eduardo que foi conversar comigo e pediu para participar e aproveitando também, falo em nome da Ministra Miriam Belchior quanto da secretária, as duas pediram para avisar que realmente por conta dos compromissos hoje elas não puderam participar e me pediram para representá-las nessa mesa, eu queria só a dizer a vocês que elas sabem a importância desse seminário e que elas realmente não puderam vir hoje por questões de agenda, mas que gostariam de estar presente e prestigiando essa iniciativa. Além disso, cumprimentar os dois representantes que estão na mesa, o José Roberto. Aproveitar também, em nome do Ministro Fabio parabenizá-lo pelo cargo, em nome da secretária de orçamento, como todos sabem, não preciso falar porque ele participou da posse dela, ele sabe todas as dificuldades que ele tem de substituir a Célia, mas com certeza, ele vai conseguir fazer muito bem na frente da ação. O Leandro também tem dias que tem muita reunião junta e tudo. Sobre o seminário, é a segunda vez que eu participo no seminário da Assecor, na outra vez eu participei até de uma mesa em que tinha como tema “O Plano Nacional de Desenvolvimento”, acho que essa iniciativa da associação vai ser muito importante porque envolve, eu acho que já falei isso da outra vez. Bom, eu sou da academia, já estou no governo, não sou da área de Gestão Federal normalmente, sou da academia e eu vi a importância de você ter a participação direta na execução de políticas públicas. Então eu acho que a associação tem um papel enorme de conseguir propor coisas a partir de pessoas que estão no dia a dia das políticas públicas. Esse envolvimento que vocês fazem de parar um tempo para efetivo e conseguir a partir disso propor coisas novas e conseguir ir adiante, é uma iniciativa superimportante, super relevante. Então nesse a Zuleide parabeniza pela iniciativa. E naquela ocasião estávamos discutindo o plano nacional de desenvolvimento, era uma critica da falta de plano nacional de desenvolvimento naquele momento o debate acabou ocorrendo muito no sentido de, enfim... Apesar de não existir formalmente um plano nacional de desenvolvimento, existe um projeto de desenvolvimento que está por trás do que aqui se encontra no governo e existe um projeto de desenvolvimento que está por trás do governo, que tem sido representado anos atrás em um dos atuais instrumentos que a gente tem de planejamento. Cooperar, como vocês sabem tem tido uma estratégia muito clara para onde quer chegar, última prova da dimensão estratégica porque a na ponta da (ininteligível) faz a reflexão de que pontos foram avançados, o que tava proposto no PPA que conseguimos avançar e os orçamentos ano a ano vêm refletindo bastante isso, ações de prioridades, quais são as... onde se quer chegar nos objetivos, como que você passou num orçamento finito. Se tem uma aplicação para mim, eu não concordo que a definição de economia seja necessidade de fisco em recursos escassos, mas no caso do governo isso se aplica bastante assim. Você tem necessidade seja finita, mas muito foi comparado ao orçamento que a gente tem, a gente gostaria de fazer muito mais do que pode fazer a cada ano e você tem que ter uma grande escolha para onde você vai*.* Nesse sentido, é muito importante a manutenção, acho que a mesa seguinte com participação de pessoas como o Vanderlei e contando que nós vamos estar aqui também, o Siqueira. Eu acho que esse tema é um tema superimportante, como que a gente estrutura o sistema de planejamento para continuar dando, continuar um processo de desenvolvimento importante que o nosso país tem vivido e que precisa continuar e cada vez mais esforçando, mas difícil. Escolhendo um plano mais difícil, você vai tendo que optar, tem taxa de orçamento, você tem várias coisas que você vai priorizar, senão é uma coisa muito trivial, é importante você estar em pé e preferir também que em si vão propor coisas novas para que seja incorporada no dia a dia, no trabalho de vocês. Então eu novamente quero agradecer a oportunidade que a empresa já tem, dois dias de bastante reflexão e bom seminário para vocês.

**P/José Roberto –** Bom dia a todos, bom dia aos membros aqui da mesa, Presidente da Assecor, Eduardo, Doutora Ester, Doutor Leandro, Doutora secretária da SPI, bom dia aos colegas aí da esplanada, da SOF, do SPI, dizer que é um prazer estar participar desse seminário, a SOF tradicionalmente já vem participando de todas as iniciativas que vem discutindo inúmeros pontos de melhoria para o orçamento e para o planejamento. Não preciso ficar elencando os pontos que a gente têm discutido nos últimos anos, são vários. Eu gostaria de fazer uma menção rápida sobre alguns itens que são colocados aqui na pauta, alguns vão ser discutidos nesses próximos dois dias, outros estão na pauta de discussão dessa agenda do orçamento voltada para resultado do orçamento. Tentando melhorar os recursos e a qualidade do gasto público, a gente vêm discutindo lá no SOF já a algum tempo algumas questões relativas a discussão do espaço fiscal de médio plano, acho que esse é um tema recorrente, vários países tem avançado nessa linha de reputar um certo horizonte para as empresas, que ainda não plenamente conseguiu fazer isso. Nós temos uma iniciativa que vai um pouco nessa linha que ainda é *(ininteligível)*, mas têm avanços a serem feitos. Tem a questão da participação social, isso vem se intensificando nos últimos anos, a própria discussão aí do governo, a própria montagem do governo favorece que isso ocorra, as entidades de viabilização da sociedade estão se aproximando cada vez mais do orçamento e vem discutindo isso com uma profundidade maior nos últimos tempos. Quando a gente criou o plano orçamentário agora recentemente pro orçamento de 2013 houve uma discussão grande se isso... Um questionamento se a gente estava de alguma forma atrapalhando na transparência, não é o nossa visão da coisa e acho que os Ministérios que já estão trabalhando com pó plano já havia verificado a importância disso, da facilidade desse instrumento em relação a execução. A questão do modelo de desenvolvimento, até o professor Fernando Rezende vai discutir sobre na consequência de que o modelo de desenvolvimento que a gente gostaria de seguir como o país, acho que isso é fundamental, a gente estar trabalhando e estar pensando o que queremos como país e como podemos contribuir para uma sociedade melhor e mais especificamente, nos outros temas aqui do seminário, só fazendo menção rápida sobre perfil da carreira, acho importante a gente ta discutindo esse tipo de assunto, que tipo de servidores a gente gostaria que integrasse a carreira e como eles podem melhor contribuir para o desenvolvimento do país. A questão da integração da SOF e do SPI com os órgãos setoriais, também é um assunto recorrente de como aproximar os órgãos centrais da discussão e da contenção de informações e do melhor desempenho possível que os órgãos setoriais possam ter tanto em planejamento, quanto na execução das políticas públicas. Não quero me alongar mais, mas só para mencionar, mais uma vez parabenizar a Assecor pela iniciativa, que é discutir esses assuntos, que alguns vão ser colocados nesse seminário, outros a gente vêm discutindo em outros fóruns, mas no cenário internacional, acho que é fundamental para gente evoluir e um pouco também olhar quando estamos fazendo orçamento no seminário internacional e leva as experiências de sucesso dos nossos vizinhos. Lá nos vizinhos estamos fazendo importantes evoluções, estão fazendo importantes evoluções em formas de planejar e na forma de executar o orçamento e a gente, de alguma forma, está discutindo isso e vendo como é que poderíamos melhorar esses instrumentos aqui no Brasil. Acho que é importante registrar que temos ainda alguns passos a serem dados nesse desenho. Então é isso, agradecer mais uma vez e parabenizar a Assecor pelo seminário, obrigado a todos.

**P/Leandro Couto –** Bom dia a todos, eu já começo cumprimentando todos os presentes, todos os colegas, amigos, em especial queria cumprimentar o Álvaro, meu amigo lá do Rio Grande do Sul pela área de gestão, meu grande amigo Luis Paulo e do Luis Fernando, em nome dos dois, cumprimentar todos os colorados, corintianos, botafoguenses que merecem um carinho especial na manhã de hoje. Amanhã eu acho que podemos cumprimentar também os vascaínos. Bom, brincadeiras a parte, cumprimento os membros da mesa, Roberto que é flamenguista também jogo de três, fica para amanhã, eu sou gremista e nos vemos na final da Copa do Brasil. Aos demais, lamento, enfim, acontece. É, bem, cumprimentar também o Eduardo, a associação por esse esforço e eu me sinto parte disso e começamos nesse movimento a alguns anos atrás, e já fizemos dois seminários importantes, um que foi para discutir estado e planejamento, outro para discutir sociedade e planejamento e agora discutir sistemas de planejamento entendendo o momento que a nossa carreira tem passado. Eu acho que isso tem servido para a gente... Bom, eu acho que com carreira a gente não tem muitos consensos entre nós, acho também que tem que conhecer isso, mas um espaço de debate e reflexão é sempre valido e embora não temos muitos consensos, alguns a gente conseguido acho que e criar nesses espaços e eu diria assim, uma importância do planejamento, o reforço do planejamento e o reforço das relações institucionais para a construção desse planejamento. Isso tem tido um rebatimento institucional por dentro da SOF e SPI principalmente, que hoje é a carreira, que a carreira estabelece com mais presença e aí agora posso arrumar um recado mais institucionista. Primeiro, justificar a ausência da secretária Esther, que está em viagem. Mas já se colocou a disposição da Assecor. Gostaria de reforçar também que a SPI e essa gestão especificamente tem sido aberta a Assecor, e sou testemunha disso, de que nas discussões, nos concursos, discussões de sistema e acabou que isso tem sido instruído a ouvir a Assecor em suas preposições, mas eu digo que esse movimento da carreira também tem tido um rebatimento institucional que a SPI nesse momento acho que todo mundo sabe, também está passando por um período de transição, ou seja, começar a mudar a posição, três diretorias das cinco está assim, principalmente, em (ininteligível) disposição, só que eu acabei por ser indicado lá para a diretoria do (ininteligível), o Jorge Abraão para diretoria de planejamento. Ainda está definindo se será uma questão de infraestrutura e mesmo a diretoria social algumas mudanças ocorreram com a saído do João. E eu acho assim, a impressão que eu tenho é que a gente ta tendo alguma reflexão talvez, nesse, nessas transições em discussão, um ponto de chegada e num processo que se inicia já no ano passado, mas eu acho que com o que dialogam aqui com a gente tem um importante marco no final do ano passado quando a gente fez uma reunião com o (ininteligível), o Álvaro e Marcio talvez sejam testemunhas disso, quando a gente lançou à SPI a ideia das agendas de desenvolvimentos territorial junto com o conselho de planejamento, que traduz uma visão da SPI de fortalecer o sistema nacional de planejamento. Esse sistema nacional de planejamento para a SPI tem dois serviços fundamentais, primeiro que ele tem que ser federativo, a gente tem que ouvir os Estados, tem que ouvir os municípios na construção do planejamento nacional. A gente está caminhando para isso. Cito também o evento que fizemos em maio desse ano com os prefeitos de municípios acima de duzentos mil habitantes. Foi a primeira vez que eu vi a SPI exercendo o seu papel de coordenação de planejamento, colocando os Ministérios da esplanada para dialogar com as prefeituras em torno do PPA, o objeto é o PPA, que é que concretiza mais o nosso planejamento, o que é e o que está sendo objeto dessa interlocução. Outro elemento fundamental desse sistema nacional de planejamento é o gestor de planejamento democrático participativo, então a SPI está fortalecendo também além da discussão federativa em uma discussão da participação social entre eles. O caminho que a gente tem encontrado tem sido... tudo que falta é o conselho, mas eu acho que isso ainda é um caminho, precisamos explorar mais, mas a intenção é cada vez mais fortalecer essa esfera participativa. Então do ponto de vista institucional, eu acho que com essas reflexões na carreira tem, de certa forma, tem que ser debatido. Tem um rebatimento institucional na SPI que começa a rediscutir então essa ideia de Sistema Nacional de Planejamento, repensando também o seu papel nacional. Porque esse sistema tem que ser horizontal, tanto na esplanada, quanto também na relação que a gente tem com os Estados, na relação de iguais. E essa construção tem sido uma construção conjunta. Eu reforço de novo, o Álvaro como um símbolo dessa colaboração que tem tido o Ministério do Planejamento e o Estados, com o Estado do Rio Grande no Sul no caso, o Presidente do setor vai estar presente com o seminário, nosso secretário estadual de planejamento da Paraíba, assim como nossos colegas que também estão dando atendimento do Estado do Espírito do Santo. Mas esse tem sido o movimento de reforçar o sistema nacional de planejamento, quem esteve no nosso seminário no dia dezesseis, ouviu a própria secretária Elen falar de planejamento construido em rede com os Estados. Eu acho que esse é um caminho que a gente precisa explorar mais. Mas isso que estamos iniciando é um processo, tanto processo da participação, quanto esse processo dos Estados, mas a ideia é que a gente ta fazendo isso já com olho também em PPA 2016 a 2019. Então a ideia é que nosso próximo plano seja um produto ou pelo menos parte dele, um produto desse movimento que a gente começa agora. A gente já começou com esses movimentos para construir o próximo PPA e queremos fazer isso dentro de algo que a gente possa chamar no futuro de um sistema de planejamento. É isso. Obrigado, obrigado a todos, obrigado Eduardo em particular, Ester, José Roberto. Obrigado.

**Carlos Brant Jr (mestre de cerimônias) –** Bom, nesse momento desfaz-se a mesa de abertura, solicitamos que permaneça Senhor Fernando, perdão, Senhor Leandro Couto, que mediará nos próximos trabalhos. Os demais componentes são convidados a ocuparem os seus lugares na plateia. Senhoras e Senhores, teremos agora a primeira mesa do seminário com o tema Planejamento e Desenvolvimento. “*Como deveria se configurar um sistema de planejamento capaz de impulsionar o desenvolvimento?”* Mediará os trabalhos o analista de planejamento e orçamento notado na secretaria de planejamento e investimento estratégico, o Senhor Leandro Couto. Convidamos para compor a mesa de trabalhos o Senhor Fernando Rezende, professor da EBAP e assessor especial do Ministério do Desenvolvimento e Indústria e Comércio Exterior desde 1999. Vou convidar também o diretor do centro de gestão e estudos estratégicos, Senhor Antonio Carlos Galvão. Em breve, também fará parte dos trabalhos dessa mesa o Presidente da Fundação, João Lugadelho, primeiro secretario nacional do PSD, Senhor Carlos Siqueira. Portanto, para inicio dos trabalhos, com a palavra, o mediador Senhor Leandro Couto.

**P/Leandro Couto –** Bom, não vou repetir os bons dias e sendo assim saudações aos colorados, aos botafoguenses e corintianos e passar direto a palavra aos membros da mesa dessa manhã. Vou seguir aqui as instruções que me foram passadas, começaremos então pelo professor Fernando Rezende e depois então o Galvão que já tem sido uma pessoa constante desses nossos trabalhos, tanto institucionais quanto da carreira. Você já participou de um outro seminário, professor Fernando tem uma apresentação, eu passo a palavra para ele.

**P/Fernando Rezende** – Bem, bom dia a todos. Uma grande satisfação que eu venho aqui trocar algumas provocações, temos toda essa audiência para tratar desse tema, que eu acho que é em boa hora, associação aqui da carreira de planejamento e orçamento traz a discussão. Foi dito aqui pelo Leandro, que o mesmo seminário conduzido por essa entidade é o mesmo do ano passado, há dois anos atrás, tratou realmente da questão do estado do planejamento. De certa maneira, acho que nós temos que retomar um pouco aqui nessa sessão da manhã a temática do estado do planejamento e obviamente do orçamento, três coisas que se complementam na necessidade que o Brasil enfrenta hoje em dia para se integrar ao mundo que está mudando rapidamente, está mudando na economia, está mudando na política internacional, está mudando na geografia e num contexto onde o Brasil também está mudando muito rapidamente, onde o Brasil passou um pouco mais de três décadas de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, e uma sociedade urbana cada vez mais concentrada em grandes aglomerações ou em metropolitanas ou em *(Ininteligível)* numa realidade que transformou o planeta, transformou o nosso continente e que nós estamos encontrando alguma dificuldade para nos integrar a esse mundo de modo a conciliar as duas dimensões importantes no processo de desenvolvimento que nós avançamos, é verdade, nesta década e na década passada, e construiu um modelo de crescimento econômico ou inclusão social. E eu vejo hoje em algum receio em que nós tenhamos dificuldade de sustentarmos esse modelo, um futuro próximo ou um futuro longínquo, se nós não conseguirmos promover as reformas que precisamos fazer para criar as condições necessárias para sustentar esse modelo. Uma delas é, necessariamente, a reconstrução do planejamento. Os grandes players do mercado internacional têm planos estratégicos de 30 anos, nós não estamos falando de PPA de quatro anos, por mais que ele seja necessário realmente, nós estamos falando da necessidade dos estados nacionais terem com clareza, definido um projeto nacional de desenvolvimento. Foi mencionado aqui, de certa forma o Brasil tem um projeto, é verdade, mas as condições para implementar e dar continuidade a esse processo estão se tornando mais difíceis e nós precisamos repensar como que nós vamos criar essas condições. Essa é a preocupação que está a curto prazo no trabalho que a gente vem desenvolvendo agora, na Fundação Getúlio Vargas, de estudar a questão do planejamento e do orçamento, de uma forma provocativa, nós publicamos agora um livro que tem, denunciou aquilo da reforma esquecida. Esquecida porque nós falhamos em todas as reformas no Brasil nos últimos 20 anos, falamos na tributaria, da previdenciária, da trabalhista, da política, ninguém falou da reforma orçamentária. Estou procurando entender porque, eu tenho a minha explicação, mas não vou dizer aqui agora. De outra parte, o debate que a gente assiste na imprensa, numa mídia, sobre a questão mais geral, da gestão fiscal, das finanças públicas brasileiras, o prejuízo é muito pobre, um debate que se concentra em discutir, o governo perdeu o controle dos gastos correntes, os gastos correntes disparam e precisamos implementar uma lei que diz que os gastos correntes não podem crescer mais do que o PIB, tolice. Essa não é a questão, não necessariamente os gastos correntes é ruim, não necessariamente gastos de investimento é bom, e o problema é a gente discutir o que ta por de trás disso, quais foram as escolhas que foram feitas pela sociedade brasileira que levaram a essa situação, e como é que essas escolhas precisam ser rediscutidas hoje, à luz de uma discussão da política e da economia da despesa privada. É isso que eu me proponho a fazer aqui, um pouco nessa manhã, algumas provocações, talvez criticas, mas com espírito construtivo. Não despeito ao Deus dará, posições negativas a esse respeito. Eu tinha preparado, não sei se isso chegou aqui a mesa ou não, se não eu posso disponibilizar aqui no pen drive. Enquanto isso eu vou, eu vou entrando aqui, cadê? Tem um arquivo 2013, em relação a Assecor. Então o que eu estava falando? Eu tava falando da necessidade da gente discutir a política da economia da despesa tributaria. Eu me preocupei nesse trabalho que ele ta fazendo e tentar remontar ou reclassificar, toda estrutura da despesa aqui, mas como que ela se apresenta hoje, a despesa pública brasileira é isso, uma clássica proposta de exibição das funções do estado, que me foi exposta em um livro manual, é o clássico das finanças públicas nos anos 70 e eu acredito que muitos aqui estudaram na universidade. Eu estive com Richard Osgrand, finanças públicas, mil novecentos e setenta e alguma coisa. O livro dizia que as funções do estado seriam divididas em três categorias, as funções voltadas para a estabilização macroeconômica, as funções voltadas para a distribuição dos frutos do progresso e aí está a distribuição da renda, e as funções voltadas para a locação de recursos, aquele que vivia na cadeia, o estado nacional intervia no processo econômico para garantir que alguns bens tão necessariamente, seriam produzidos pelo mercado ou não preencherem, ou preencherem características especificas de assumirem condições de bens públicos para a defesa nacional, segurança, a justiça e alguns outros que não necessariamente se enquadrariam definindo o conceito público dos críticos, mas que também deveriam merecer atenção dos fatos de se enquadrarem na categoria dos chamados bens meritórios. Aqueles bens que o estado deveria prover a sociedade, principalmente a parcela da sociedade que não teria condições financeiras de ter acesso a bens aí fora. a prestação por eles deixadas. Curiosamente, vamos reinventar as estatísticas sobre a despesa pública brasileira, eu cheguei a uma conclusão interessante: Que sem que isso tivesse sido planejado, tivesse sido um diálogo qualquer, a formação da despesa pública brasileira hoje se enquadra nesta categoria. Eu não vou ler os números que estão ali obviamente porque isso seria muito cansativo, e nem acredito que as pessoas que estão aqui no auditório vão conseguir ler, porque os números estão muito pequenos, a menos que as pessoas que estão aqui mais a frente vão conseguir fazer, mas é mais ou menos a grosso modo, é cerca de quatro quintos das despesas do governo federal e estão enquadradas nas funções de estabilização e de distribuição. Se quiserem, depois eu posso fazer um comentário sobre esse dado, mas eu acho que deixa para sessão de debates, todo mundo vai anotar, vai ter um exemplo aqui. E uma parcela grande da função que o Musday chamava de alocativa, foi transferida a Estados e municípios, particularmente naquele que diz respeito a produção dos chamados bens virtuosos, a educação e a saúde a frente brilha mais. Isso quando vem na mesa adiante, se tornar dado relevante da evolução da atuação do estado nacional, mas hoje em dia precisa ser discutida por conta das implicações disso pela qualidade da gestão pública, que é outro tema que terá aqui que está associado a isso. Se voltar um pouquinho a tela, vamos na evolução, volta a primeira tela, por favor, essa aí. Foi por aí, dar um pouco mais de zoom nisso, em meio a essa discussão, procurei fincar quais foram as origens deste processo, por que nós chegamos a essa situação que nós chegamos? Daí usei a expressão que é, nós tornamos um, assim como nós mudamos (ininteligível) entre casais, um casamento de conveniência, uma união estável, união cívica estável, entre duas agendas importantes do governo brasileiro nos últimos 20 anos. Agenda macroeconômica e agenda social, por que essa aliança se consolidou? Por um fato muito importante que remonta, aí uma questão que foi instituída na constituição de 1988 e tem a prioridade de regimes tributários dos impostos e das contribuições. Não estou discutindo o leque, eu estou discutindo os fatos e as conseqüências. essa prioridade gerou que situação? Em 98, dez anos depois da constituinte, o Brasil quebrou, literalmente, alguns aqui tem mais de 40 anos, vão lembrar disso. O Brasil quebrou, foi ao fundo monetário para conseguir dar sobrevivência ao plano Real. Foi um socorro, senão me engano, de quarenta bilhões de dólares, para equilibrar, salvar a moeda. E a contrapartida desse acordo foi a geração imediata de um elevado superávit do ano nas contas públicas, 3,5% do PIB ou algo parecido com isso de uma hora para outra para gerar esse superávit o Brasil tinha duas opções, um: teria que empreender um forte corte das despesas, que como todos sabem, tem elevada rigidez ou aumentar arrecadação. Para aumentar arrecadação você tinha duas opções, ou aumentava os impostos ou aumentava as contribuições. Claro, para aumentar os impostos você tinha outro problema, você tem que repassar a metade quase, aos Estados e municípios por quanto, pelas regras constitucionais, então logo que se fosse usar os impostos, você ia ter que gerar no momento de arrecadação duas vezes maior para manter o mesmo superávit primário, então a opção era aumentar as contribuições. Aumentar as contribuições tinha outro desafio, precisava criar uma emenda constitucional para desvincular 20% das contribuições a seguridade social para financiar o superávit primário, foi feita a época, um nome um pouquinho mais atraente, o fundo social de emergência, que depois se transformou naquilo que persiste até hoje, DRU, Desvinculação da Receita da União, tudo bem, que era a exigência do governo, mas essa exigência do momento foi se acumulando ao longo do tempo, fazendo com que as duas coisas caminhassem absolutamente juntas. Na medida em que a receita das contribuições sociais precisava crescer para sustentar o equilíbrio macroeconômico para esse superávit primário, por ser, crescia junto com as despesas da seguridade, crescia o beneficio da previdência social e crescia o pagamento das transferências de rendas, começou lá atrás e veio crescendo, claro, o beneficio da sociedade, sem duvida, teve nenhum, consequência do ponto de vista da ser em relação do estado, gerou aquela situação, a questão é daqui uns, quando sair desta armadilha nos próximos anos. Estou pensando no futuro, não é mais do passado. Terceiro elemento do que eu chamei deste casamento, foi que este casamento ganhou o forte padrinho, que os nossos amigos da ciência política em vários estudos, opinaram em presidencialismo de coalizão, para abarcar sobre o Sergio Brandt na Prime e depois explorado em detalhes por Fernando Drumonnd e companhia, e mostraram muito bem que a formação, a governabilidade nacional num regime de acentuada fragmentação política partidária e que teria falta de compromisso com a causa dos Partidos, falta de fidelidade partidária, levou uma situação na qual a administração da transferência de recursos orçamentários seja de emendas parlamentares, seja de outros programas governamentais, passou a ser também elemento importante para sustentar o apoio da base aliada ao governo no Congresso Nacional. Então gerou-se aí o que eu chamei de uma tríplice aliança, que nem aquela do Humberto Pitangoia, na tríplice aliança, que consolidou o mês para o Senado, nele não se viu respeito, nos efeito dessa armadilha. O que nós nos importamos hoje em dia? As principais consequências disso, pula um pouco para frente, por favor, aí. As principais, vamos lá, as principais consequências dessa situação foram obviamente encurtar o espaço fiscal para financiar os investimentos, os públicos, e ao mesmo tempo, criar uma situação um pouco favorável para competitividade do setor privado, parte com o crescimento da carga tributaria e pela piora da qualidade desta carga tributaria né, que legalmente ocorreu em função desta situação que foi criada lá atrás parte pelos efeitos que também trouxe para o objetivo de melhorar a qualidade das coisas. Nós falamos muito em nível da necessidade de melhorara a eficiência da gestão pública e a qualidade de gasto, mas fortificar isso um pouco da metade daqui a pouco as condições para isso, na verdade elas estão em datas. Um dos motivos que eu posso tirar tempo para explicar. Nesse processo, o que ocorre? O brasileiro nos últimos 10 anos ou menos que isso, a população tem que ter sua renda, ou o seu consumo, ocorre que na falta de possibilidade de aumentar a pasta de investimentos, o aumento do consumo pressiona os preços, pressiona os preços, gera o ambiente de, as vezes de excesso de terror, da mídia especializada, os preços estão fora de controle, mas de qualquer maneira gera uma situação desconfortável, do ponto de vista do cenário nacional e leva que o governo tome a decisão de voltar a aumentar a taxa de juros para evitar a disparada da inflação, o que aborta o ciclo de crescimento. Então permanecemos aprisionados no que eu chamei de armadilha fiscal de baixo crescimento, onde o Brasil não consegue sustentar uma taxa de crescimento media que supere 3,5, 3, 4% por um prazo de tempo longo o suficiente para que saia, isso é outra questão que a literatura internacional escolheu nesses casos, da chamada armadilha do crescimento da renda media, *(Ininteligível)*, onde alguns países chegam a nível de renda media e depois não conseguem superar esse patamar, senão implementar algumas mudanças importantes para isso. Então chegamos a armadilha do crescimento, neste processo, o incrível que esse processo continua, nós encontramos uma outra realidade, aqui é o casamento, ou qualquer união estável, então para que seja aí, é mais difícil, sempre entra em crise depois de algum tempo né, isso é algo inviável aqui para o discernimento, por medida pessoal, creio. E de novo, é preciso renovar, você vai ao psicólogo buscando um tipo de ajuda para discutir a relação né, ou você procura encontrar alguma saída por meio de uma negociação, ter uma conversa mais franca sobre isso, mas o que acontece? Primeiro, o artifício da guerra ali não funciona mais, não funciona mais porque a medida em que você expandir as despesas, tem o Jorge aqui que já estudou isso largamente, a receita da seguridade já não cobra o total da despesa da seguridade. Então não adianta tirar 20% para lá e botar aqueles 20% para a outra de qualquer jeito, e aí gera-se um conflito dentro das próprias agentes. A agenda social, por exemplo, você tem um conflito entre sustentar os gastos da saúde num contexto onde os gastos com previdência, assistência etc. já não permitem manter um mesmo montante de gastos no setor da saúde, não é por acaso que o setor da saúde vai buscar outras garantias, outras formas de financiamento. E essa situação oscila conforme o cicloda economia, porque dentro dela tem os gastos com a educação, que depende da vinculação dos 20% dos impostos. Quando a economia tem um sopro de crescimento maior, crescem os recursos para financiar a educação, porque teve um sopro de crescimento maior assentado no setor industrial e em setores de mais modernos, a receita que tem, nem todo mundo cresce mais do que as outras, o jargão, o tema é das (ininteligível), é o produto maior. Consequentemente você aumenta mais o recurso carimbado para educação e torna mais difícil ainda sustentar o financiamento da saúde que passa a depender dos impostos que encontra espaço nas contribuições. Então esse tipo de conflito vem sendo solucionado de alguma forma pelo núcleo de represamento de despesas né, popularmente, popularmente não, oficialmente chamado de restos a pagar né, que foi a medida necessária para lidar com essa situação e essa mesma situação gera conflito em outros lugares, gera conflito no âmbito da agenda macroeconômica que torna-se difícil sustentar o superávit primário com a execução dos investimentos prioritários, os investimentos do PAC, por exemplo, compete com uma necessidade de você sustentar o superávit primário e ao mesmo tempo, todos competem com a necessidade de atender a demanda do Congresso por liberação de recursos que gera de novo um clima de conflito entre a base aliada e o executivo se manifesta, como vocês já estão cansados de saber, que não é essa reportagem, e diz que não interessa ao governo, de não aprovado interessa e esse processo se manifesta com clareza, acaba que com isso tem uma votação importante, vai votar ele ideal, campo de vendas é igual a uma questão importada assim mesmo, de discutir né? Acabou? Desculpe, nem vi, a lei orçamentária também foi assim, já que na pasta, então vê esse tipo de situação é que me preocupa, do ponto de vista de que é, como que nós vamos sair dessa margem? Então, administrando a situação, nós não estamos encontrando espaço para discutir como sair da situação e essa é uma provocação que eu to fazendo aqui para vocês, para gente, para gente discutir. A leitura que eu tinha feito é isso, esse aqui é mais duas, dois slides, mais um, mais um, mais um, pronto. O casamento já terminou, está meio difícil, o casamento termina e tem-se dificuldade de reconhecer o fato, faz uma viagem internacional para ver se as coisas melhoram, geralmente pioram, não melhoram e aí de fato chega essa conclusão de que já terminou, foi o que eu acabei de falar, aumenta a temperatura dos conflitos e é possível a gente encontrar uma saída, a gente arruma uma namorada nova, um namorado novo que seja, encontra-se uma solução para isso. Daí nós chegamos na necessidade do planejamento e eu viajei por aí *(Ininteligível)*. Eu me aventurei em discutir caminhos para a reconstrução do planejamento. A gente vai chegando numa idade que a gente vai falar qualquer coisa. Eu estou me sentindo absolutamente... Na verdade, tem que continuar, a mensagem que passo aqui, até porque não teve ligação nenhuma com o governo, assessoria de Ministério, num lugar chique, um lugar para sair disso *(Ininteligível)*, acho que tem um currículo bom. Deve ser observado, vamos falar sobre isso aqui, vamos lá, o que deve ser observado? Mais um para lá, por favor. Isso, posto numa visão estratégica, comecei falando sobre isso, nós não paramos para pensar, quatro anos, apenas, quatro anos é um mandato de um governante, nós temos que pensar pelo menos 20 anos a frente. Visão estratégica que é o que os países fazem, o que comandou as mudanças que eram feitas na China nos últimos 30 anos? Todas as estratégias, a gente pode discutir se o modelo deles é bom ou ruim, isso não importa, agora mudou a realidade. No Brasil, nós não estamos discutindo na verdade, desde o incidente. Para fazer uma outra provocação, o Brasil ficou de costas para o futuro, precisamos ver, não é que a gente inverte essa posição. O que significa essa visão estratégica? Com o projeto nacional de desenvolvimento, mandei o instrutor, o Leandro, ia somar o setor que mais realiza, é uma questão federativa. Nós optamos, optamos ou não, isso é uma discussão entre as pessoas da questão federativa, pelo do governo federativo. O governo federativo exige que a nação se mobilize em torno de um objetivo nacional, não é isso que nós estamos vendo, nós estamos movendo uma coisa absurda né, deixa eu dar só um exemplo, a guerra fiscal nos portos faz com que seja mais vantagem você importar do que comprar o produto nacional e isso desequilibra a balança comercial e quebra em função do orçamento de toda a economia. A união federativa, a coesão federativa é essencial a esse governo, então as duas coisas caminham juntas, a reconstrução do planejamento e o fortalecimento da federação, são dois componentes importantes num novo modelo de planejamento, mas não estamos pesando em ressuscitar o governo de planejamento do passado, onde o governo central sozinho ditava todas as regras né, o governo central tem que articular, tem que incentivar, não vai poder editar, a não ser que nós retornamos a outro regime que me parece ser de interesse do governo. E outro elemento que também foi mencionado aqui pela mesa, além da visão estratégica, como que se constrói essa visão estratégica, que de novo, não é aquela construída nos gabinetes ministeriais, é aquela que exige um certo envolvimento da sociedade. Vamos avançar, que eu não quero ficar falando demais. Temos dificuldades, temos requisitos, eu posso falar rapidamente, que é em cima, projeto nacional não é plano de governo, projeto nacional é um plano estratégico de 20 anos, plano de governo, ajustes feitos, as prioridades do projeto nacional e suas expectativas, quais são os objetivos nos quatro anos, rediscute meta, rediscute o que é prioridades, mas não é a mesma coisa, você não pode confundir PPA com projeto nacional, são coisas complementares. Instituir regras e procedimentos claros com mediação de conflitos na sociedade conflitos federativos ta dizendo que ele não tem regra nenhuma, sobreviver e sobreviver muito mal e como faz por merecer conflito amplo, pelo contrario, gera conflito. Rever normas, vocês vão discutir aqui ao longo desse seminário e não repetir os erros do passado, agora, não obstante, na mensagem de não repetir os erros do passado, eu acho que a gente tem que olhar o passado, tem que ver quais são as lições que o passado nos oferece para isso. Por favor, pula mais um então que agora eu vou pular para conclusão. Dificuldades envolvem também um pouco de se superar preconceitos e algumas ideologias. Planejamento não é sinônimo de estatização e nem de autoritarismo. Num ambiente que a constituinte de 88 foi construída, foi liberada, houve um pouco essa correlação *(Ininteligível)* como diria as estatísticas, o planejamento é coisa de governo militar, o movimento passou a ser uma palavra proibida no seu veredicto, não posso dizer isso porque eu tava lá acompanhando o trabalho da constituinte, mas é isso, pior que a gente não tem nada haver com o autoritarismo e nem com a estatização, a gente tem haver com jogar o ferro na chão. Dar credibilidade ao planejamento, porque se você planeja e depois não tem condições de dar consequência ao que você planejou, o planejamento deixa de ter qualquer tipo de credibilidade e deixa de ser um instrumento de orientação das decisões, não só para o governo, o Facebook é setor privado, eles são privados o login, sempre erro essa questão, então tudo bem, nós vamos precisar discutir ocultando o parágrafo institucional, quatro anos atrás eu tava no seminário da SOF, muitas vezes, mexer num texto constitucional, para que? Senão tratarmos também, emendar o texto da constituição que trata do orçamento e do planejamento, nós vamos continuar amarrado no emprego com a mesma situação que nós estamos, é difícil? Pode ser que seja, mas é preciso. Falar sobre ambições do passado aqui é um pouco temerário, mas eu vou resumir em algumas palavras, vou deixar esses temas aí para vocês, ambições do passado, curiosamente, irei subexercer como materia de planejamento que fica interessado lá atrás né, interessado em 1970, interessado em 1930 *(Ininteligível)*. *(Ininteligível)* Vargas, veio o emparelhamento econômico, continuou no período seguinte, 46-50, deu um salto, veio a Dutra, depois a experiência do Juscelino, depois a década de 70 aí com os militares, eu me referi aí em duas fases, as experiências do passado e tive oportunidade de fazer um texto que eu gostei muito de trabalhar alguns anos atrás, dois ou três anos atrás, eu vou deixar uma cópia aqui com o Eduardo, vou colocar aqui com isso aqui. Sobre as experiências de planejamento no Brasil, um texto que escrevi para CEPAL, fiquei muitos anos no CEPAL e IPEA, ele relata essa experiência do planejamento do passado, e quem tiver interesses em ler e (enviar?) alguns comentários, eu agradeço. Finalmente, nós precisamos discutir, eu to falando aqui de um processo de reconstrução do planejamento, o que eu vejo isso daí, os caminhos para essa reconstrução que eu falei aqui. Já falei sobre a maior parte delas, vou falar só sobre o primeiro. É preciso que alguém apresente com a liderança de um processo de reconstrução do planejamento, contribuir lá no celebre cartório do futebol carioca dos anos 60, chamamos de *(ininteligível)*, botafoguense, a frase é a seguinte: pênalti é uma coisa tão importante que tem que ser cobrada pelo Presidente do clube. É mais ou menos assim, quer dizer, a liderança de um processo desses só pode ser com o Presidente da República. Bom, com a devida cooperação dos demais poderes da república. E tem uma outra questão importante que eu queria enfatizar aqui, até porque é um seminário, parece que é para discutir, que o planejamento nacional, o planejamento do governo federal precisa fortalecer os órgãos setoriais do planejamento. Na análise que eu fiz desse documento, na verdade o que me chamou atenção foi exatamente o processo de enfraquecimento dos órgãos setoriais de planejamento, não sei se vocês concordam comigo, mas é a visão que eu tenho de fora. Sim, até que fortalecemos os órgãos centrais, um pedacinho das cadeiras etc. no âmbito do governo federal, mas tanto os Estados quanto os setoriais, eu creio que ficaram bastante esvaziados. E nesse processo de construção de visão estratégica é importante você recolher conhecimento especializado, a experiência de quem está nos órgãos setoriais, acompanhando problemas específicos que equivale a contribuição importante para esses processos. Essa eu acho que é uma mensagem interessante para gente repensar. Por último, claro, quer dizer, eu anulei aqui algumas dificuldades e limitações e dentro delas, falar sobre elas rapidamente, abordar esse tema. Volta um pouquinho, aí. Eu trabalho pensando para mim mesmo, conflitos, antagonismos federativos, acho que o Leandro chamou atenção para isso, eu acho que isso é muito importante na discussão dessa visão estratégica, na repercussão do planejamento nacional. Nos anos 70, nas condições especificas, você construiu um sistema onde o governo federal articulava as ações nos Estados e municípios, alguns aqui foram levadas a resistência da SAEM, secretaria de articulação dos Estados e municípios, e o governo tinha instrumentos para articular as políticas nacionais implementadas pelo governo federal e pelos governos estaduais, pelas vinculações dos fundos de participação, pelo controle das transferências orçamentárias, isso tudo articulava o sistema de planejamento, que funcionava para os fins de que ele existe. A questão é que hoje, nós precisamos reconstruir o incentivo a cooperação dos entes federados na implementação de políticas nacionais, poderíamos fazer, governo federal teria condições de discutir como utilizar as transferências, como utilizar o credito governamental com instrumentos importantes para incentivar a cooperação com seus entes federados, e mudar algumas regras que criam menos dificuldades a essa cooperação, vou citar um exemplo, nós mantivemos, nós mantemos há uns 25 anos, as veiculações uniformes dos recursos estaduais e municipais, saúde e educação, 25% de uma coisa, 90% para outra coisa, 13% para outra, isso cria uma disparidade de capacidade de financiamento entre Estados e municípios e não é muito. E o Brasil não encontra dificuldade para garantir aquilo que é um direito constitucional em outras federações, que é, um estado nacional deve garantir iguais oportunidades de ascensão social a todos os cidadãos, independentemente de onde ele nasceu e de onde ele vive. Isso não ocorre ou é dificultado por um fato, o cidadão nasceu no Maranhão, ele pode ser feliz por um lado, mas ele tem, se você pegar as vinculações ele tem 25% do orçamento per capita de oitocentos reais, para botar em educação, ou 13% em saúde. Se ele nasceu em Roraima, ele vai ter 25% de três mil, quase quatro mil reais do orçamento per capita para educação e outro percentual para saúde, você cria uma enorme dificuldade que exige depois uma ação mais de *(ininteligível)*, decisiva do governo federal para corrigir essa disparidade. Cooperação federativa é fundamental, tem uma dificuldade grande também nesse processo aí de que é, comportamentos e hábitos são difíceis de mudar. E ai especialmente na área orçamentária, eu acho que essa é uma questão que a gente deve discutir né, logicamente temos ânimos e ânimos de aderência a uma norma orçamentária que é muito rígida do ponto de vista, inclusive da, de onde os recursos devem ser aplicados, que inclusive complica bastante atuação dos órgãos setoriais, a cada momento você tem que estar solicitando autorização para regulamentar dinheiro de um lado para o outro que gera enorme disperdicio de tempo de burocracia. E as dificuldades e tem oportunidades, experiências internacionais, foram alcançados de relatar os fatos e que as oportunidades surgem em vários momentos, surgem em momentos de crises políticas, surgem em momento de transições institucionais, surgem em momento de maior dificuldade para implementar as políticas que a sociedade está remendando, estamos assistindo hoje no Brasil as manifestações populares, para atender as carências urbanas que não dão recursos, na verdade, para atender as carências urbanas, é um resumo de todo esse arranjo em função da constituinte pelos últimos 20 anos. Deixo só uma pergunta, para ver esses fatores provocarem as mudanças necessárias no nosso caso, eu me arrisco a dizer, acho que, se nós começarmos a olhar um pouco a frente, dizendo: será que vai dar para sustentar esse modelo de crescimento que foi muito bem sucedido, nos próximos dez anos? Eu tenho as minhas duvidas, eu acho que tem que ser discutido, o problema existe, não adianta fingir que ele não ta aí. Como aproveitar as oportunidades, é a última frase que eu tinha ai, acho que começou porque acabou isso, temos que ter a consciência do problema, ou pelo menos formar a consciência de que existe um problema, como é que vamos construir um processo de mudanças que nos possa lidar adequadamente com esse problemas. Um processo de mudança porque, claro, porque não da para fazer mudanças estruturais mais profundas de forma abrupta no contexto como *(Ininteligível)* e a sociedade brasileira, mas da para avançar sim se você tiver uma visão estrategica que te diga aonde você quer chegar. Em resumo, o que eu to aqui tentando, converti para vocês, é uma enorme preocupação né, com a necessidade de, por exemplo, se posicionar nesse novo cenário, internacional e nacional. E isso eu acho que depende de assessoria, no tema que está sendo discutido nesse seminário, por isso que eu concluo junto que seria *(Ininteligível)*, a iniciativa, o projeto de inserção extremamente importante e eu me coloco aqui a disposição de vocês para conversar a qualquer momento que for necessário. Muito obrigado e até logo.

**P/Leandro Couto –** Bom, obrigado professor Fernando Resende, é grande a satisfação de acompanhar o professor. Galvão, fazer uma brevíssima apresentação. Antonio Carlos Galvão foi secretário de desenvolvimento regional de Ministério de Operação, carreira de ciência e tecnologia, não é isso? É diretor lá do CGEE desde 2008, 2007, 2006, 2005. Foi Ministro, como ele mesmo se apresentou, eu fiquei preocupado (gravemente?) com as questões de planejamento, duas questões trabalhísticas a qual eu gostaria de cumprimentar o (Otavio?), que acabou de chegar, símbolo do corinthianismo*,* *(Ininteligível)*. Gente, os botafoguenses, corintianos e colorados queiram se identificar, receberão também a menção nominal honrosa da associação, não é isso Doutor? Eduardo disse que vai fazer um almoço, uma mesa especial para esse público, vai ser mais um aprendido e tal. Então além das questões futebolísticas e de planejamento, fico também preocupado com as questões patrimoniais agora né, o casamento ta meio em xeque, tivéssemos ao vivo, ia mandar um beijo para minha esposa também... Mas enfim, já botei aqui que eu vou preparar algumas questões para o final, eu não sei como que vai ser as questões, o pessoal vai anotando e tem gente (pegando?), é isso? Então o pessoal na fala do Galvão pode ir preparando questões, manda para mesa que eu mando e a gente seleciona ai. Galvão, por favor.

**P/Antonio Carlos Galvão –** Bom dia, queria em primeiro lugar agradecer o convite, imensamente Assecor pela segunda oportunidade, a primeira vez com vocês foi há quatro anos atrás, foi em 2009 não é? E lamentar que quem deveria estar aqui era o nosso Presidente *(Ininteligível)* que certamente faria uma palestra comunicativa num nível do meu, também Presidente, Fernando Resende né, e dizer aqui do meu conforto de estar na mesa com duas pessoas com quem eu tive oportunidade de trabalhar profissionalmente nessa discussão sobre políticas públicas e planejamento e de antemão, registrar minha profunda aderência a grande maioria das teses que estão expostas aqui. O que eu fiz aqui, largado aí a meio distancia com essas figuras históricas do sistema de planejamento, eu vou com caricatura de algumas questões que eu acho que tem uma lida muito interessante com o que o Fernando acabou de argumentar, e com o que vai nos interlocutores mídia *(ininteligível)* também apresentada. O comercio tem pouco, lembrando que bem na linha do que o Fernando nos cobrou, nesses quatro anos passados, lá atrás na Assecor, a gente fez apresentação daquele grande chute da dimensão territorial de planejamento que tinha sido coordenado pelo CGEE e realizado com uma contribuição de vários intelectuais espalhados pelo Brasil e para o Ministério do Planejamento. E naquela época, a gente partiu de um quadro onde a gente adotou uma declaração de valores *(ininteligível)* que deveria ser revisto com mais autenticidade e com mais periodicidade, a declaração de valores que o conselho de direito econômico social havia recém apresentado aqui, adotamos um estudo desses valores, como sendo uma maneira importante para nos guiar nas reflexões sobre a questão territorial. E de antemão, já declaro a vocês que em vez de ta assim, caçar o território, vai ta presente ao longo de toda essa exposição. Só para lembrar, o *(ininteligível)* era uma democracia, liberdade, equidade, identidade nacional, sustentabilidade, respeito à diversidade sociocultural e soberania. Esses valores, de certa maneira, botavam... Casavam bem com tudo que a gente queria construir e discutir aqui e nós partimos para aquela *(ininteligível)* passamos por umas *(ininteligível)* sobre o que quê a gente achava importante (premiar?) na nossa reflexão, postura e dimensão, chegamos a um conjunto de adjetivos, eu vou destacar um ponto, isso estava declarado em termo trabalho do conselho de desenvolvimento econômico social, de que toda construção para o futuro do Brasil, deveria olhar em primeiro lugar, incondicionalmente, a questão das desigualdades sociais e regionais com fundamento para pensar o futuro do desenvolvimento brasileiro e eu acho que é essa questão que ainda está na nossa frente na mesa. Lembro aqui vários colegas que ao longo da minha vida, não só os que estão na mesa, mas outros aqui na plateia, membros do IPEA, onde ta o Sidnei ali com, ele usava umas calças curtas, né Sidnei, lá no IPEA, eu era estagiário, eu fui severo, mas a gente desde muito tempo luta por isso, e eu gostaria de realçar isso como um valor insubstituível na construção de reflexão sobre o futuro que tem tudo haver com essa ideia de retomar e recuperar o planejamento. Aqui esta um pouco minhas caricaturas de analise, eu gostaria de explorar o diretório de você. Em primeiro lugar, acho fundamental recuperar a unidade ainda maior do que existe hoje entre planejamento e orçamento. De certa forma a gente ficou no meio na minha leitura no segundo ponto entre planejamento e programação, em estado pela constituinte de 88, ficamos no meio dessa, na área que eu chamo de programação. Então nós usamos o PPA como um núcleo central nesse processo, trabalhamos na constituinte um capitulo chamado os orçamentos, e lidamos pouco com aquilo que seria a substancia, um conteúdo maior e que isso estaria associado a uma visão mais abrangente de planejamento, talvez retomar o planejamento signifique sobretudo, recuperar (sistema?), é claro que isso não é, não ta num jogo de cintura como eu estou mencionando, nos vários momentos a gente procurou fazer isso dentro do PPA, e em vários outros instrumentos, mas o fato é que em alguma medida não há regras, e aí eu venho lembrar, o Fernando falou das regras, que poderiam vir a mesa para ajudar na mediação de conflitos, eu não sei o que seria reforma do planejamento, e eu tenho insistido há muitos anos na ideia que falta uma liturgia de planejamento, uma ritualística que permita avançar na cooperação federativa e construir uma base para alcançar projeto nacional de desenvolvimento com muito mais qualidade, com muito mais consistência. É *(ininteligível)* precisa de uma certa forma, ultrapassar esse legado que eu concordo com o Fernando, foi muito lembrado por uma associação escura entre planejamento e autoritário. Planejamento visto por algo que se empunha a sociedade pela força dos governos, de exceção dos fatoriais com estimulo em pós 64. Acho que ai tem uma outra chave importante, que é a ideia de que o planejamento precisa se reconstruir, não só de uma liturgia geral, mas uma liturgia que traga para o centro das discussões, processos participativos, onde a sociedade, as forças sociais na base, os Estados em algum lugar das instancias da federação, possam de fato se amarrar no processo de construção nesse projeto de desenvolvimento. Não há outra forma de operar na democracia, ou de alguma maneira mobilizamos a sociedade para construir novos horizontes de planejamento, ou de certa forma, não temos chance de valorar o planejamento devidamente, na escala do que é importante construir componentes para que nossas razões para o futuro da sociedade brasileira. E obviamente esse planejamento é federativo, isso não é o menos importante, o que de certa forma, há uma serie de obstáculos, Fernando numerou vários, o professor numerou vários aqui, eu acho que precisa ser trazidos à consideração, sobretudo em um plenário como esse. Ainda não temos exercícios mais consistentes de dialogo federativo que possam construir não programação, e apenas no orçamento, exposto *(trecho ininteligível)* visões que deem conta dessa ambição num futuro diferenciado ara a sociedade brasileira. De certa maneira... Eu briguei muito isso em uma área do território, a gente tem facilidade de trabalhar eficiência *(ininteligível)*, bater figurinha com as programações constituídas e as decisões tomadas autonomamente e tentar conquistar na racionalidade e em maior leveza, na margem do que ta sendo produzido em políticas públicas, mas a gente tem grande dificuldade e nós não exercitamos adequadamente no Brasil momentos de reflexão estratégica para pensar equizante quais são os projetos e as políticas que a gente deveria construir. A sociedade não tem, contado com formas adequadas para que o debate se comunique com o processo com consistência, esses debates não são meramente acadêmicos, no sentido genérico da expressão, eles devem ser debates orgânicos a própria construção do planejamento, eles precisam levar decisões de políticas públicas, eles precisam influenciar grandes formadores de decisão das várias e várias instancias setoriais e instancias públicas da decisão, no processo de tomada de decisão. E fica um debate de conjunto tambem dista em relação a sua demissão recente de políticas públicas, e aqui sem me alongar também, sendo bastante caricatural, pedindo perdão a vocês por isso, acho que uma leitura do atual estado das políticas públicas que eu divido mais ou menos daquela forma, deveria ser aquele que ta ali representado. Tivemos tendo um avanço inegável e importantíssimo, deveria ter um bem alienado no nosso processo de movimento recente, que é o conjunto das políticas sociais entendidas em sentido *(ininteligível).* Tivemos um esforço ainda não bem sucedido de reconstruir espaços de políticas de infraestrutura e aqui tem um dos grandes desafios do projeto de estrutura e desenvolvimento no país. Temos um grande problema com o que eu chamaria de políticas ativas de desenvolvimento, a capacidade de produzir naquela interface que o Fernando falava como política locativa em direção do governo, contribuições da política pública para espaços como na política industrial, política *(Ininteligível)*, precisa recuperar terrenos grandes, já tivemos maior desenvoltura e operamos nesses estados. E finalmente políticas de estado, que são também, com rendição tem prejuízo histórico, mas é também o desafio de afirmar e avançar nas bases de uma cidadania, que foi tão arduamente conquistada com um processo de democratização no Brasil. Hoje isso pode exprimir mais ou menos dessa forma, que tem todas uma diversão e como eu acho que vai ficar um pouco a questão territorial, não como um mero item a mais, mas como um elemento aglutinador e absolutamente necessário para essa transformação do planejamento na direção que discutimos a pouco. De um lado, a gente pode, ali enquanto políticas sociais, ativos desenvolvimento e de infraestrutura, políticas de estado e com a categoria ali muito cara a ação do governo, são políticas horizontais que permeiam o conjunto das políticas que são colocadas em outros caminhos, e que de certa forma permitem escolha, que a gente também precisa apontar essa repercussão do planejamento. Eu posso ter uma política de desenvolvimento regional como tentamos construir em 2003 no governo como a política especializada que se insere no contexto restrito das políticas ativas do desenvolvimento cujo papel é instigar a dinâmica nos territórios e atuar sobre a redução da desigualdade regional, mas eu posso ter rotulado políticas mais modernas no ordenamento territorial, que imperam várias dimensões de política e ambicionam construir outros, outros... Trabalhar outros alvos de política pública bem mais abrangentes do que aquele de uma política especializada no governo federal. Por exemplo, eu poderia traduzir várias questões territoriais em uma política (uni?), que tivesse uma certa integridade, uma certa coerência com o sistema assim. É aquilo que colabora caricatamente chamamos de política de ordenamento territorial que no âmbito dos Senhores, é uma figura constitucional, uma letra morta dada do texto constitucional de 1988, esse é o desafio de planejamento. Queria lembrar um pouco, de voltar ao meu tema central, de que as desigualdades nos ajudam a fazer algumas escolhas sobre o modelo de desenvolvimento futuro, de um lado nós já fomos campeões do crescimento no século XX e hoje conseguimos conquistar uma trajetória mais consistente de redução de desigualdade sociais e *(Ininteligível)*, quando fomos para falar de conhecimento, nós produzimos uma larga desigualdade e de certa maneira, minamos a nossa capacidade de construir um terreno firme para alcançar uma condição de um país desenvolvido. Queria lembrar a vocês, *(ininteligível)* vai entrar num site muito interessante chamado worldmapa.org, que é um site que mostra uma animação sobre a distribuição da renda no mundo inteiro, no planeta e distribui a população por faixas de renda, daqueles que ganham até um dólar por dia, até aqueles que ganham mais de duzentos dólares por dia e redesenha o mundo nas proporções dessas fatias de renda. O dado curioso, além das novas características de que os países centrais, tipo Estados Unidos são um micróbio, no mundo de um dolar de emissão, uma fatia enorme do planeta quando eu vou para mais de 200 dólares/dia, mostrando o que são os países *(ininteligível),* Europa tem acompanhando de perto, mas mostra que China e Índia, por exemplo, estão muito mais no lado *(ininteligível)* de um dólar do que do mais de duzentos dólares, e o Brasil? O dado mais importante, mais interessante de perceber, é que o Brasil é tão ou mais expressivo na riqueza do que na pobreza, sua expressão como fração da população global é tão, é tão grande ou maior relativamente do que aquela com menos de um dólar que quando eu vou para o mais de duzentos dólares ou mais de 100 dólares/dia, esse é o report que a gente queria fazer, o Brasil não muda muito sua cintura, sua elegância permanece ali, enquanto os outros países engordam assustadoramente, outros assinam assustadoramente, a África, por exemplo, quase desaparece. Queria lembrar isso, porque eu acho que isso faz com que a questão da desigualdade no Brasil seja permitido de várias questões que estamos discutindo, de trabalhar na área das questões discutidas, quando eu pego um país que é tão desigual, que é tão inválido e com esses radicalmente apostos, é preciso de fato operar com muita ciência, com muito conhecimento para de fato, traduzir, traduzir o contexto dos nossos objetivos e valores,como, por exemplo, das políticas públicas. A nossa ânsia de país campeão de crescimento no século XX, produziu várias máquinas de gerações de desigualdade e a gente precisa desmontar essas máquinas, remontá-las em outros contextos, em outros objetivos e com outras direções para que a sociedade brasileira crie de fato, uma trilha de direção, uma trajetória, uma condição de país desenvolvido. Eu também queria lembrar a vocês, que essa trajetória de *(Ininteligível)* é muito recente, é muito termo, o dever de casa na redução da desigualdade, ainda é enorme, ou seja, conquistamos muito pouco nessa primeira década do século XXI, nas primeiras décadas do século XXI. O dever de casa é persistir nessa direção me parece condição *(Ininteligível)* para aquele modelo de desenvolvimento e para aquele alvo estratégico, que *(Ininteligível)* para o projeto nacional de desenvolvimento não deva se afastar. Queria lembrar a vocês, seguindo um pouco a mesma direção, de que temos nessa tradução uma visão que pode dialogar com o território, a natureza atual do desafio de desenvolvimento, e aí concordando com grande parte da análise que o Fernando Resende fez, é de que o nosso sucesso relativo conquistado nessas primeiras horas do século XXI, que não tem condições de sobrevivencia em curto e médio prazo, nós vamos ser atropelados por uma questão muito simples, por incapacidade de que aquele movimento original que enterrou dessa maneira na redução das desigualdades, tem de se reproduzir dinamicamente e sustentar uma trajetória de desenvolvimento ao futuro, essa é a questão central da nossa discussão de um novo modelo de desenvolvimento. Então assim, de fato eu tenho uma trajetória de inclusão social e redução de desigualdade que eu não quero abrir mão, que eu desejo manter e de outro lado tenho que trabalhar com muito afim na construção da leitura dinâmica, ia ganhando duas escalas essenciais de dimensões, de um lado estruturas que remontam a capacidade de inserção competitiva maior da economia brasileira no cenário internacional, to falando aqui do grande capital, to falando aqui das grandes apostas que estão no nosso ambiente que é este num jogo do sistema capitalista, não admitam acompanhar o jogo e afirmar a condição do Brasil nesse jogo maior do desenvolvimento capitalista global. E de outro, tem um dever de casa jamais cumprido na nossa trajetória adequadamente, esta na raiz das desigualdades que é operar na capacidade de (estraiar?) padrões de condições, de gerar outro patamar nas estruturas sociais em um conjunto em várias leituras no território nacional e aqui a importância que um território tem na vida atual, o território não é uma política adicional, compensatória, marginal, mas ele é fator essencial ao longo do projeto do desenvolvimento, ele é o que pode construir a diferença em relação a essa direção à obscura entre um passado campeão no crescimento e uma atualidade campeã da inclusão social. A gente precisa construir mediação entre esses dois mundos e daí resultar em outro projeto nacional de desenvolvimento. De certa maneira, e aqui eu faço uma pequena regressão com o (perdão dos senhores?) e revalidamos a proposta de *(Ininteligível)* original, se o projeto da CEPAL foi lá nos anos 50 por várias razões, e razões conjunturais, promover uma industrialização concentrada no território como forma de queimar etapa e alcançar um nível maior de desenvolvimento, alcançar uma trilha de desenvolvimento diferencial para o país retardatário, no caso do Brasil, essa hipótese vai continuar senda retardatária, hoje a capacidade de inovar e a nossa condição de transformar mais amplamente as estruturas sociais de produção e cosumo no território, todo o desenvolvimento no país, se coloca como uma hipótese de construir a mesma base, a mesma lógica, a mesma racionalidade em ser família, em outros termos, ou seja, eu preciso generalizar aquilo que estratégia de *(ininteligível)*, várias características que a gente pode discutir, eu já aprofundei algumas reflexões sobre isso e um outro olhar que pega o território e levanta as estruturas de produção com leitura nesse território instalado no Brasil, porque boa parte da desigualdade brasileira e regional aí, reflexo da desigualdade social, é na verdade, perder de uma grande heterogeneidade tecnológica estrutural que o território apresenta, no caso brasileiro sem disparidades e valências enormes sobre as condições e produtividade se apresentam em cada compartimento da nossa grande economia nacional. Realmente, como homem do tempo, vocês estão carecas, cansados, eu sei disso e, eu insito na área que é PPA 2003-2007, meu velho amigo Ricardo *(Ininteligível)*, que nos lembra que ampliação da demanda popular nos setores modernos, que é um pouco o nosso dever de casa cumprido, e alguma medida até aqui, não se faz *(Ininteligível)* no setor industrial, no setor de reprodução da economia brasileira, de uma revolução da capacidade de inovar e na capacidade de aumentar o conteudo em termos de conhecimento das nossas estruturas sociais de produção. Isso, na verdade, é a chave do novo modelo, ou eu de alguma maneira, combino esses dois movimentos, ou seja, não *(ininteligível)* na capacidade de seguir extraindo e incluindo socialmente grandes camadas da população, e ao mesmo tempo faço uma revolução na base da estrutura de produção do país e a direção de aumentar, sobretudo a produtividade da nossa economia, eu não tenho o termo de fato, criar um circuito dinâmico de discernimento e que cria outras trajetórias no futuro de desenvolvimento brasileiro. Por isso o momento é critico, porque essa tentativa de somar novo, tava lá no popular 2003-2007, não é novo, mas nós estamos enfrentando uma serie de obstáculos para transitar com a política pública em direção a apoiar esse tipo de reflexão. Queria lembrar também, e aqui também trazendo uma coisa muito genérica, que pensar nesse projeto de desenvolvimento é como o Fernando colocou e é para o futuro né, é trazer uma visão prospectiva do que a gente almeja construindo a sociedade brasileira, nesse momento é muito importante, dar um recadinho que eu deixo aqui na agenda, sem nenhuma pretensão maior, porque nós estamos na fase de gestação de um novo paradigma e novas bases para as estruturas sociais de produção estão sendo originadas da nível internacional, a curto prazo e talvez a gente possa entender quais são alguns dos órgãos *(ininteligível)* em explorar com maior intensidade um salto em direção, aqui no Brasil, saltar com tudo nessas novas tecnologias, o sucesso da Asia, naquele velho acordo *(Ininteligível)* teve tudo haver com isso, teve haver com o papel que o Japão anunciou naquela vasta região euro-política extraindo da economia mais velha e com melhores condições de produção do ponto de vista de salários mais baixos, esse setor de combustíveis inicialmente, depois a China e a gente está assistindo aí o enxtraimento adicional para países como Vietnã e Indonésia e como a Ucrânia, mas eles se emanaram com os países capitalistas centrais do que era o coração do novo país, teve algum grau, uma concessão internacional a isso e em especial no caso chinês, podemos discutir se era larga, mas veja como é significativa a importância que o Brasil, por exemplo, possa acessar algumas dessas hipóteses de reconfiguração tecnológica e produtiva das nossas estruturas globais. Posso falar de alguns exemplos que são potencialmente interessantes e grandes oportunidades para o Brasil, tecnologias renováveis, novas orientações para estruturas momentâneas, a sustentabilidade do planejamento, um novo modelo de materiais e outras possibilidades talvez estejam unidas ai em configuração para o nosso desenvolvimento futuro e de novo, planejar, sobretudo planejando discutir essencialmente discutir quais são essas possibilidades e quais seriam as apostas que deveriam incluir e poderiamos fazer um atual do desenvolvimento. Vou tentar corroborar minha ideia de que o território é importante, aqui nós temos, vou ser rápido aqui, para não cansar vocês, então essa evolução é per capita brasileiras de 2000 a 2012 *(Ininteligível)* em torno de 17,5 mil reais de 2012 para algo em torno de vinte e dois mil e quinhentos reais em 2012 na media do país, essa media, esconde muito mais do que revela, isso que é a natureza da dinâmica econômica brasileira. Eu proponho aqui a gente exercitar uma regrinha boba de recomposição do PIB per capita, o PIB por pessoa que paga, que é na verdade, fruto de uma prótese de produtividade agregada e pessoa ocupada por população, o que eu pretendo fazer nos fins de semana dos anos solicitados, a industria agora vai ser menor, vai variar o que me diga, o que aquilo nos diz da trajetória recente do Brasil está aqui numa visão agregada da trajetória brasileira. Tivemos um crescimento que teve uma evolução bastante razoável da produtividade, é uma evolução por baixo, pelo enxugamento e pela deterioração da capacidade de crescimento da economia brasileira entre 91 e 2000, mais do que por virtude de agregação de capacidades inovativas e outras questões. E tive uma certa paralisia na estagnação da produtividade entre 2000 e 2009, que é o ano de referencia. Vejam que a taxa de ocupação ficou relativamente parada no desenvolvimento, corroborando até o que foi a diminuição por baixo da produtividade, mas ela realmente, substancialmente não deve *(Ininteligível)*. Refletindo um pouco o que discutimos de políticas sociais. O que acontece quando eu abro essas informações no território? Aqui ta o dado da fotografia fixa de 2010 que é a produtividade e taxa de ocupação cruzada ali naquele, naquele gráfico ali embaixo que eu mostrei para vocês no inicio e é uma análise exploratória, se vocês prestarem atenção, só recortou os pontos extremos de produtividade e taxa de emprego e cortou o território, esses são os níveis absolutos de produtividade no Brasil inteiro, não tem grandes novidades, ta ali a economia brasileira destacadamente produtiva em Brasília, por razões obvias, para que então gastos com, não há muita, não há muita discussão sobre isso, para *(Ininteligível)*, São Paulo, isso que esta aí na verdade, é a grande região metropolitana de São Paulo, aí duas regiões curiosas que é a região de Volta Redonda por razões também temerosas e a região do Norte fluminense como sendo áreas onde a produtividade ta muito elevada no Brasil, da para fazer uma discussão sobre qual é a razão disso e da para entender que boa parte dessas grandes produtividades comerciais são efeitos econômico estatístico mais do que estrutura robusta de produção, nem todos os casos concordam com todos. Vejam onde ta a maior, as grandes campeãs de taxa de emprego, pessoas ocupadas como conjunto da população, é uma mancha muito grande no interior da região entre o Norte do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, destoando um pouco da economia brasileira não existe, onde a economia brasileira tem mais nível social, vem mostrando um pouco, de certa maneira um espaço paradigmático do desenvolvimento do país, a grande divisão regional brasileira esta marcada e muito acentuada no final, que é onde separa a área verde da área amarela que é a massa grande de *(Ininteligível) regioes* que estão enquadradas nessa direção, com algumas pouquíssimas exceções, Riacho Doce, Porto Alegre e Salvador, de mesorregiões Porto Alegre e Salvador e um problema espacial que ainda é causa desse recorte mesorregional que nós vamos discutir, mas eu queria lembrar então que a desigualdade regional tem prolongado mesmo com os avanços *(Ininteligível)*, mesmo com os avanços do nivelamento por baixo da década de 90, pesaram realmente no seu desenvolvimento, e é assim no capitalismo, capitalismo é um produtor de desigualdade em essência, Europa ainda é hoje a representação da mesma distribuição territorial, do que existia na época e originava a revolução industrial, a famosa banana europeia que era no Norte da Itália, ao Sul da Inglaterra hoje, e que tem, ou pelo menos tinha um caroço aqui em Paris, um caroço mais longínquo em Praga que foi desmontado e da banheira enorme quando eu faço qualquer análise desse tipo na comunidade europeia, isso mostra o tamanho do desafio que representa a desigualdade regional e construiu uma base social que existe. Lembra também que existe um mecanismo que nós deveremos estudar em maior profundidade que são os mecanismos de transferência econômica, não só o Bolsa Família para operar com elevação e mais doação de renda direto na população, uma fonte de produção, posso ter uma produção concentrada, mas eu deveria procurar mais distribuir renda do que produzir. E aqui ta uma dimensão rápida sobre os anos 2000 como que evoluiu, a produtividade lá no quadrinho, lá em cima à direita, a taxa de ocupação embaixo à esquerda, o PIB per capita em cima à esquerda e a renda domiciliar embaixo à direita, veja que o padrão da renda ainda configura uma distribuição regional acolchoada, digamos assim, ainda se concentra pesadamente no centro-sul, as manchas vermelhas, ali na divisão grosseira pela análise exploratória, comprovadamente no centro-sul, com pequenas variações, há manchas, algumas, única mancha que se destaca do padrão é Salvador, Salvador realmente é um núcleo diferenciado na região Nordeste hoje, se aproximando do redesenho que talvez incorpore uma parte baiana nessa área dinâmica de desenvolvimento. Mas percebam duas coisas, quando eu olho produtividade, o nível e aqui absoluto de novo de produtividade, é pesadamente no Norte que é um exemplo mais fácil de ler, Manaus que é aquela grande mancha vermelha lá de Manaus, que é completamente diferente do resto da região e também o nível da mineração paraense, sobretudo Carajás que ta representado naquela área no Sudeste do Pará, essas áreas estão a um nível em termos de produtividade acerca das outras áreas do território que são rasteiras, do ponto de vista da sua dinâmica econômica. Tem outras possibilidades de interpretação, vejam que não há manchas equivalentes no Nordeste, é que o Norte é um pouco tênue da população da dimensã, da massa da produtividade que a gente esta discutindo aqui em termos absolutos, mas traz para gente um retrato do que é planejar, planejar não é tanto ficar nessa equação macroeconômica global, cada vez mais é enfrentar as forças, as dignas forças em diferentes ações que o território *(Ininteligível)* e problematizaram isso e aprofundaram no debate o entendimento sobre isso. Mas o que vimos até aqui são fotografias, para vocês terem uma ideia, a dinâmica recente, mostra que o termo PIB per capita de produtividade, nenhuma região do Sul e do Sudeste, nenhuma mesorregião do Sul e do Sudeste esteve entre os que mais tiveram aumento de produtividade no país, ou seja, a nossa trajetória recente foi muito malvada, muito mal com relação as áreas já dinâmicas do território nacional, as áreas industrializadas, as áreas que são embasadas nos níveis mais elevados de produtividade na sua, para citar um único exemplo, vocês viram Manaus, Manaus perdeu, teve uma queda de 10% na produtividade, a mesorregião de Manais agregada nesse período. E os campeões de crescimento estão aonde? Estão no Norte, Nordeste e mais ou menos no Centro-Oeste, nas áreas frágeis e bebeis do território nacional, naquelas áreas onde sequer havia indícios mais vigorosos de economia formal, portanto, grande parte do nosso desenvolvimento se processou por essa base social que permitiu formalizar reações do mercado de trabalho, viabilizar o salário mínimo que cresce acima, acima do crescimento da inflação, viabilizar uma previdência que alcance segmentos sociais excluídos e um Bolsa Família que dialoga no território e que permite construir respostas diferenciais para esses encontros *(Ininteligível)*. Isso não tem ainda e é uma grande inovação, não é (nova para o governo?), uma correlação com a construção de uma estrutura dinâmica de produção no território, essa correlação em que grande parte do esforço de construir esse consumo social quando veio à dinâmica, digamos assim, ainda não conquistou aderência, vinculo com uma dinâmica de crescimento econômico que permitisse ir aproximando esses territórios de uma maneira mais consistente aos padrões de produtividade e ocupação de outras áreas do território e taxas de ocupação são um pouco mais diferenciadas, como vocês veem no mapa, mas é verdade, é evidente que existe uma rediscussão sobre encima de como apropriar melhor o *(Ininteligível)* brasileiro, o conjunto de questionamento genericamente de políticas sociais que é preciso no território brasileiro. Esse é o mapa da evolução, evolução agora, dinâmica da produtividade e da taxa de ocupação, a novidade é: as manchas vermelhas que estão acentuando a produtividade, aumento na taxa de produtividade, está pesadamente na área mais critica do desenvolvimento brasileiro em termos de pobreza e inclusão social, que é o entroncamento entre Parana, Maranhão e Tocantins, *(Ininteligível)*, quando vou para a taxa de emprego, quando eu vou para a mancha verde que seriam as áreas com taxas de emprego mais elevadas, eu vejo que aqui ta grosseiro o meu recorte, esquina ta em vermelho, vocês veem que boa parte do centro-sul ta profundamente enquadrado nessa região, ou seja, tem sua trajetória e seu plano de voo, guardadas as diferenciações, marcadamente acentuada, veja que corroborando na casa do nosso estudo de planejamento e dimensão territorial, o litoral Nordestino, ta tudo incluído na faixa que se aproxima mais do centro-sul, as grandes questões voltam para dentro do seminário, veem que as áreas do centro-norte, a gente vê muito bem como ela é, que são os grandes desafios entre a ligação do desenvolvimento brasileiro, a capacidade de construir uma base econômica, não só no cabe, quanto na matéria da revelação, com algumas áreas do território nacional. Era isso gente, agradeço muito, o meu recado é: planejamento nessa nova fase, tem que criar liturgia, dialogar com conteúdo e ter o território como um elemento que permite avançar em todas aquelas discussões que fizemos a pouco sobre características desejadas *(Ininteligível)*, em particular no avanço da participação democrática e na nova integração federativa, maior cooperação federativa para não pensar no desenvolvimento, muito obrigado.

**P/Leandro Couto –** Obrigado Galvão. Vamos passar pela rodada de perguntas, ao contrario do que eu tinha falado antes, as perguntas serão feitas dentro do sistema, o microfone vai chegar até aí. Então vamos fazer em blocos, Manhani, eu pediria então, eu queria dar prioridade Manhani, para os corintianos, não, não, sacanagem. Bom, eu vou, vamos começar então, fazer um bloco de três perguntas, pode ser? Identifica o nome e instituição e tal e depois, então o Luis Fernando Manhani e depois o Eduardo, pode ser?

**Carlos Brant Jr (mestre de cerimônias) –** Repetindo a permissão do mediador, informamos que o Senhor Carlos Siqueira não pode estar presente aqui conosco, informando que não pôde comparecer e fica o esclarecimento da organização. Teremos inicio então as perguntas.

**P/Eduardo –** Bom, já antecipo aqui os agradecimentos, são brilhantes, tanto a disposição do professor Fernando quanto do Galvão. Digo também que vamos produzir uma síntese, nós vamos degravar, vamos passar para todos os debatedores revisarem e vamos dar uma, não para divulgação do que vai ser discutido aqui, que tem sido, começou muito bem. Então a Ester Dwek esta perguntando a Ministra e a chefe de assessoria econômica, ela pediu para deixar uma observação, ela não pôde ficar para a disposição do Galvão, mas sobre a apresentação do professor Fernando. Bom, em primeiro lugar, na minha fala que foi pequena, fala da Ester né? O que eu queria dizer é que não foi que o PPA tenha sido um plano, projeto de desenvolvimento, mas que ele está baseado em um projeto mais amplo, que já estava previsto desde o PPA 2004-2007, ele tem sido atualizado a cada PPA subsequente, em segundo lugar, o modelo até aqui não foi baseado só no consumo, ao contrario, foi um investimento que cresceu mais do que o dobro do PIB nos últimos anos, só com a execução, só com a exceção dos anos de crise. Concordo com a importância de fortalecer o sistema de planejamento, mas acho que o projeto que está pensado, não está esgotado, mas pelo menos assim, ser adaptado ao novo momento da economia brasileira. Então foi a consideração dela, até para continuar aqui o debate. Eu faria uma, aproveitando que tem dois microfones, que depois é o Manhani né, é uma provocação para os dois, tanto o professor Fernando Resende quanto o Galvão, colocaram a questão de maneira, o Galvão falou da liturgia né, de hábitos de planejamento, o professor Fernando falou da necessidade de construir um plano né, que oriente os governos e que tenham um plano de desenvolvimento de longo prazo e que tenha, traga, a primeira coisa é discutir, que Brasil, que pais queremos né, discutir com a sociedade, com o Congresso, com as forças sociais, com os trabalhadores, com todos, eu, eu to querendo difundir o que disse, acha que tem que ser dessa forma. Os PPA’s, PPA 2000, 2000-2003, mas o 2004-2007 trouxe esse modelo de desenvolvimento, profissionalizando o futuro, com a estratégia de desenvolvimento, Galvão até colocou o cerne dela aqui, o Bochovski trabalhou nesse processo, conversou internamente com o governo e de alguma forma isso realmente traduz a essência né, do projeto desse governo, mas não foi de fato, discutido em mesmo com o Congresso, isso entrou praticamente uma mensagem presidencial com essas coisas, muito menos com a sociedade de um modo geral, com os Sindicatos, com as centrais, com a população, população não conhece esse projeto de desenvolvimento, não sabe que existe algo que deveria estar ajudando a desenhar, desenhar é redesenhar as políticas públicas com alvo no futuro desenhado, mas a pergunta é: como que a gente, como que uma secretaria de estado, a secretaria de estado deve estar pagando muito por esse sistema de planejamento no governo federal né, como profissionais de carreira, profissionais de estado ajudam a desenvolver um sistema que permita essa discussão que consolide, mediante o futuro, realmente discutida e que seja incorporada a todos os sistemas de governo?

**P/Luis Fernando Manhani –** Meu nome é Luis Fernando Manhani, sou da secretaria de planejamento *(Ininteligível)* estratégicos. A minha pergunta, não é tão ampla, é um pouco mais específica, mas da mesma forma gostaria de parabenizar o professor Fernando Resende e o professor Antonio Caros Galvão pelas brilhantes exposições feitas até agora. Para o professor Galvão eu tenho uma pergunta que se refere à questão da recolocação territorial. As novas plataformas de divulgação do conhecimento, são muito pouco representadas pela sociedade e por fonte de organização e integração no fomento do Estado, internet, celular, via mensagens SMS, poderiam se tornar canais de emancificação do conhecimento intervido como educação continuada, como assistência de expressão, transferência de tecnologia e processo de cidadania e também gera-se custo de governo na questão do planejamento e de administração, sem o vinculo excessivo do território e a parte inquisitiva. Qual o *(Ininteligível)* dado o baixo grau de educação geral e digitalmente posicionada na população das classes menos favorecidas e da famosa inadequação do nosso território com ensino básico, incluindo aí ensino fundamental e ensino médio.

**P/Ana –** É, a minha pergunta para os dois para o Galvão e para o professor Fernando Resende, eu queria que vocês explorassem um pouco de como que a gente poderia articular um plano de longo prazo, que todos nós entendemos que tem que ser abrangente no sentido de que a gente tem que incorporar, o longo prazo, o médio prazo, o curto prazo, tem que envolver a sociedade, tem que falar com os diversos setores de políticas públicas, tem que envolver Estados e municípios, então nesse sentido, essa dificuldade, essa necessidade de você desenvolver um plano bastante abrangente num mandato de quatro anos, porque assim, é, eu tenho, vou completar agora dez anos de carreira e eu tenho acompanhado nesses dez anos, não tanto uma dificuldade de fazer essa reflexão abrangente, mas só que essa reflexão ela é demorada, a ente precisa de um tempo para envolver todos esses atores, maturar todas essas reflexões e o que ocorre quase sempre, é que esses planos, quando eles estão finalmente consolidados em alguma coisa, o mandato daquela pessoa que patrocinou a construção do plano já se encerrou e aí quando chega o governante seguinte, nem sempre ele concorda com o plano que foi construído e dá inicio a uma nova construção, então a gente não consegue sair desse ciclo de construção, de articulação e ao mesmo tempo, como a gente não consegue sair desse ciclo, ficou cada vez mais difícil convencer os atores, e os diferentes setores a participar da construção de novos planos, porque eles, a impressão que se tem é que você ta sempre formulando, sempre refletindo, mas que isso nunca é implementado. Então eu gostaria um pouco que vocês explorassem essa dificuldade de buscar essa, de uma construção de um plano abrangente com um mandato tão curto, de quatro anos por parte de quem patrocinaria a construção desses planos.

**P/Leandro Couto –** Obrigado Ana. Eu também tenho uma pergunta para fazer e aí a gente fecha o bloco e abre de novo, pode ser? A minha pergunta, como eu tinha dito antes, são duas, eu acho que elas são mais relativas às questões matrimoniais, porque há um problema no casamento também com muita, porque a partir do momento que o casal parece que é a mesma pessoa, se confundem o casal, as duas são tão próximas que há uma confusão, você não sabe mais separar quem é quem naquele casal. Mas a gente tinha notado isso em relação a planejamento e orçamento, tinha uma identidade tão forte que o pessoal em determinado momento da lei, separado, que tá hoje no PPA do que ficou no orçamento, apenas foi uma separação, me parece que essa separação gerou, talvez, um outro casamento, não sei se eu disse antes, mas ta gerando essa mesma confusão de identidade total entre planejamento e gestão, há uma confusão entre eles, a gente não sabe move, se o planejamento é um instrumento da gestão ou se a gestão é um instrumento do planejamento. Tem um colega, ontem falado do fazejamento, é uma questão provocativa, a saída do planejamento está na gestão, fortalecendo a gestão que você fortalece em um grau de planejamento? E para o Galvão, mais especificamente dos instrumentos de governo, há um casamento inexistente, foi um namoro desejado, mas não está rolando a química, uma questão regional, os planejamentos regionais e planejamentos incluídos, até mesmo os planejamentos regionais e os planejamentos estaduais, certo? Como que essa discussão dos planejamentos feitos, elaborados, se é que estão sendo elaborados nas superintendências regionais de desenvolvimento, SUDAN, SUDENE, SUDEP, com os Estados e com o governo federal, a gente não, no nosso critério de entendimento, eu não enxergo esse diálogo, isso é uma força, esse diálogo entre os números, eu acho que é uma coisa importante que na hora de fazer essa direção para o território, a gente precisa reincorporar, fazer esse namoro evoluir. Se você tem alguma reflexão que passou no Ministério da Integração e sendo supervisionado no Ministério, como é que a gente pode fazer isso evoluir. Eu retorno a palavra ao professor Fernando e depois o Galvão e abro mais para mais uma rodada de perguntas.

**P/Fernando Resende** – Obrigado Leandro, só essas três perguntas já daria para gente falar mais de uma hora aqui sobre o assunto, mas vamos tentar responder brevemente. Primeiro, a questão da Ester, foi lida aqui pelo Eduardo, se o planejamento, na verdade, o PPA, a base do projeto mais amplo, o PPA, que é um projeto mais amplo, o projeto mais amplo existe, ele está com detalhes lá no Recife, o PPA e isso não compromete a idéia de que um projeto, um modelo, tal como sendo implantado nos últimos anos, não estaria esgotado, foi baseado nos últimos investimentos que vão ser e é claro, quer, dizer, eles estão achando que eles não são assim, tão zero e um, houve o crescimento de investimento? Houve, crescimento se expandiu e enriqueceu em cima do consumo? Também, o fato concreto é: a economia brasileira está rateando na taxa media de crescimento de 2,5% e nos últimos bimestres isso ta em evidencia, nas ultimas décadas, nas primeiras décadas desse século, é a taxa menor do que a historia republicana, republicana de dois mil e novecentos medias anuais de crescimento, a media anual de crescimento por década, desde o século XX, as medias anuais por década foram maiores do que as medias anuais dessa década, isso significa que o passado era melhor do que o presente? Não, significa que houve avanço no presente? Sim, mas isso significa que a gente pode continuar atendendo as aspirações da sociedade brasileira com essas taxas medias de crescimento anuais? Lógico que não, eu não to criticando a posição do governo, eu estou levantando um termo que eu acho que a sociedade e acho que as cabeças que compunham essa sala pensando no Brasil, precisam tentar discutir, talvez, procurando, eu sei que é difícil, o máximo possível, se despir de preconceitos, de posições pessoais ou algum momento em dissídios no ponto de vista oficial, eu não conheço, fica difícil, mas eu acho que a gente precisa debater a questão com maior isenção possível, com maior objetividade, buscando explorar as evidencias, trabalhar os números e as ferramentas. Então desviei dos canos, de certa maneira, isso liga a questão do Eduardo com a questão da Ana, ele tem razão em dizer, não da para discutir o planejamento, a divisão estratégica de longo prazo seguindo o ritual das normas que estão escritas na constituição brasileira de 1988, por isso que eu comecei, não sei, eu falei, nós precisamos rediscutir sim, o arcabouço legal que hoje em dia rege todo o sistema de planejamento do orçamento, você não pode discutir de uma maneira mais ampla, no plano quadrienal, no mínimo, desculpe, desculpe, no plano estratégico não da para você ficar discutindo uma proposta de quatro anos de orçamento anual e *(Ininteligível)*. Eu penso em discutir sobre o planejamento PPA no Congresso brasileiro nos últimos anos, não, por quê? Não precisa fazer isso, o governo não segue a, porque na verdade, vou dizer de forma clara, ninguém acredita que tudo engloba isso, pelo menos vamos abrir o jogo aqui nessa sala, pelo menos, que aqui eu acho que pode, fazer isso de qualquer maneira não da, por quê? Porque eu acredito que não da tempo, não é possível, não é que não queiram, não é que não vai levantar, porque não é possível nessas condições, pensar, o Brasil está com orçamento ligando duas coisas que precisam estar interconectadas e não relativamente associadas, o projeto nacional e o plano de governo. O projeto nacional precisa ser discutido muito onde entre outro, num ambiente que possa permitir isso que você falou, se referia a sociedade por meio de seus representantes no legislativo, por meio de outras *(Ininteligível)* de autorização, possam discutir o que nós queremos do Brasil nos próximos 20 anos? E isso não está sendo discutido, o desenho do PPA lá do Bochovski, sei lá o nome, era muito interessante, mas aquilo não tinha condições efetivas de ser implementado, ali o que ele está dizendo é isso, eu acho que a gente precisa aprofundar o debate sobre como trabalhar esse outro planejamento, esse outro planejamento não é uma tarefa do governo, o governo tem que liderar a tarefa, mas é preciso que essas entidades se mobilizem para oferecem, inclusive sugestões de acesso as que estão aqui, é um fórum a copiar para essa equipe do *(Ininteligível)*, como que a gente pode fazer isso, eu não tenho a resposta, se tivesse a resposta, eu não estava aqui na mesa fazendo consultoria, eu tenho preocupação e essas coisas precisam ser tratadas em ambitos diferentes do que ta ser tratando. Isso de certa maneira, nos conduz a questão do Leandro, eu confesso que a minha resposta seria não. Se você vai achar que vai resolver o planejamento durante os três anos, você está pondo as coisas de ponta cabeça. A gestão do projeto é você implementar as políticas, que por sua vez foram definidas com base no planejamento, agora, o jeito que você vai resolver, por exemplo, o planejamento do governo é outra historia, desculpa, mas eu acho que é difícil não apontar alguma inversão na maioria das coisas. Mas quando esticar essa coisa, ainda não da tempo de causar isso para o bem das outras perguntas.

**P/Antonio Carlos Galvão –** Bom gente, nós temos, são duas perguntas e compartilhamos algumas delas há muitos anos e acho que vou começar pela Ester e dizer o seguinte: não acho que o ponto de vista o PPA é bom ou ruim, o PPA é o que é, é uma, ferramenta, eu me lembro as vezes, a minha velha psicóloga, Dona Marta, foi lá no segundo P e D, nós fomos lá estagiar com ela e era outro mundo, outro mundo, muito mais fácil, muito mais tranqüilo, então a gente ia aprendendo porque a gente ia entrando para trabalhar no ramo de infraestrutura econômica e aí eu ia com o técnico lá, *(Ininteligível)* indo lá falar para ele, normalmente ia um técnico junto com a gente e o *(Ininteligível)* juntos para discutir um público livrinho, pega aquele livrinho, que tinha metas né, o general do plantão tinha chancelado né, general Geisel, e você, tinha um parceiro lá do Ministério dos Transportes, e agora, ferrovia, como é que está, qual é a meta física, qual foi o valor, o que houve, gastou ou não gastou, então você tinha uma interação entre planejamento e orçamento, eu acho que a gente perdeu um pouco, porque significa o seguinte: o pessoal do Inova na época que existia isso, estava compartilhando o espaço da reflexão estratégica do que o plano está descrevendo, não era um, não estava apenas discutindo a lógica do orçamento, ele estava ali compartilhando o momento de planejamento único que eu acho que é uma coisa que a gente não tem muita dificuldade de remontar essa linha de expressão, esse fórum de novo, o fórum perfeitamente rápido a produzir \_\_ nessa direção, por que eu acho que isso é importante? Porque o que nós perdemos foi o planejamento, e aí as confusões do Leandro, entra mesmo com a clareza de 20 anos, por quê? Porque gestão virou uma palavra mágica, quem faz gestão, gestão é o cara, a gestão é a solução de todos os problemas do governo, embora tenha capacidade de implementar políticas públicas, eu também acho que a implantação é implantar o marco, eu de alguma maneira, reconheço que tenho que trabalhar especializado o planejamento humano, eu preciso ter, eu tenho que *(Ininteligível)* muito pouco das políticas públicas, pelo menos a minha perspectiva na qual você utiliza. A que ele vende , a figura do PDT, no governo autoritário que apresentava a sociedade, agora da, foi apresentado a sociedade e colocado na mesa como o viés do autoritarismo que diz assim: não quero discutir, está aí, mas o debate em torno daquele livrinho era muito grande, haviam oposições criticas em torno daquilo, e eu acho que a sociedade não está se permitindo a hipótese de que o livrinho seja sintetizado no conjunto de propostas para o desenvolvimento brasileiro, não está se permitindo replicar como planejamento, ideias como aquela, por exemplo, só para lembrar, pode voltar o \_\_, o trienal, o trienal são disputados, diz eles para o Conselho decidir, tem que ser a sociedade brasileira lá no trienal de 1963, temos que dar valor ao planejamento, temos que pensar que a sociedade brasileira desigual para o futuro, precisa remontar o planejamento, aí vem 64, foram apagadas as folhas quadrangular e ficaram só com estabilização macroeconômico que foi um problema inicial colocado, mas o problema estava anunciado, a opção é essa, vou discutir isso, aí vem o plano de estratégia e desenvolvimento, depois veio metas e bases, arsenal e o experimento, então quando você vai na sequencia, a lógica do planejamento era considerado, que mal que não era na sociedade democrática, e por que não podemos ter isso na sociedade democrática, e cada um quer fazer o que quer em cada governo, não quer conversar com outro, isso que eu estou chamando de liturgia, liturgia, aquilo não era feito porque aquilo era quase uma regra que foi escrita e tinha que passar por algum escaneio, era muito ruim em alguns momentos, mas em outros construíam-se momentos de discussão e de tomada de decisão, quando a área regional do conhecimento, quando você necessita, tem uma revolução no primeiro período, gostemos ou não, fora a introdução da ideia de que o problema regional não era intrarregional, não era um plano para o Nordeste, mas era um plano para o país que tentava ligar as problemáticas na Amazônia, produziu um plano muito ruim que foi desenvolvido, havia uma Corte e uma declaração daquela, isso é declaração fundamental, se eu não faço declaração, eu não sei o que ta acontecendo e eu acho que, por exemplo, o PPA muito timidamente, agora ou fazer uma critica aqui, o PPA, participei de vários PPA’s, trabalhei na SPI no começo dos anos 90, na época horrível, caricatural que foi aquele momento do governo Itamar que resolveu fazer uma revisão do PPA que, nem aprovado no Congresso foi, precisa, aí você pega, pega aqui a PPA 2003-2007, não tem esse estilo, existia uma direção que muitos atribuíam a visão acadêmica do Ricardo colocada ali, está certo? Tinha uma ideia concebida para tentar montar uma trajetória diferente do que tinha havido antes, mas o que mais gera atenção, quando você vai discutir a PPA, você não discute aqui, aquela parte introdutória do começo, você vai discutir lá os valores, aí vai para o Congresso, Congresso vai saber se aqueles valores estabelecidos são compatíveis com seus jogos orçamentários ao longo do exercício, ao longo dos exercícios consignados, então acho que aí é um pouco da diferença que eu acho, o passado está ta cheio de problemas, não to aqui deforma nenhuma querendo... Lá era uma maravilha, não é isso, o pllanejamento tem que ser outra coisa que nunca foi, está certo? Mas isso é importante que eu acho que a gente volta a questão central das perguntas que foram colocadas, e aí, como é que eu concilio o futuro? Só tem um jeito de conciliar, é contratar eles, quando eu falo liturgia, é criar uma regra do jogo, é criar um momento onde isso vai acontecer, que aí eu obrigo que aconteça. O brasileiro já tem dificuldade de dezembro a dezembro e deixar de lado a base legal, o orçamento tem que aprovar até a data, vamos dar um jeito depois, mas na verdade, nós precisamos tomar cuidado com isso, porque essas são as regras de ouro que presidem um pouco, o espaço de discussão de construção dos empreendimentos para o futuro, se eu tenho esses momentos, eu não tenho o planejamento, não há nada na constituição que diga quando, para quem, como, e de que forma deve ser feito o planejamento, não há, tudo que eu tenho é uma peça de orçamento, uma peça de PPA que foi um projetinho, como eu chamei, entronizada por um eixo central de produção, eu acho um equívoco, ela era um herdeira do OPI velho, do orçamento anual de investimentos, cuja intenção era tentar cuidar um pouco das coisas do orçamento e das grandes reflexões que permeiam vários anos a frente, então a gente trouxe o PPA num ano horroroso, é que ele não é, o que ele não quer ser sempre na constituição, e ele tem tentado fazer isso de uma maneira, foi muito ruim no inicio, foi muito difícil no inicio para quem lembra, a virada do ano, a constituinte no começo dos anos 90 e depois no governo Fernando Henrique encontrou caminho com território, olha que interessante, o grande amargo da político, o mínimo que constituiu, inclusive o diálogo federativo, foi o que, foi a política de eixos nacionais de desenvolvimento e integração que saiu de uma sugestão ali utópica, um grupinho menor se reunia no IBGE, quatro daqui, aí você dizia: o que aconteceu? A crise virou um pedaço político, o PPA é aquilo agora, o que é? Era a negociação das grandes obras de infraestrutura que reintegraria o Brasil ao desenvolvimento, era isso, e isso tem algum lugar para acontecer hoje no Brasil? Não tem, não estão falando nem nisso de novo, nós mesmos não estamos ainda aquém de um espaço de poder botar na mesa e constituir uma discussão democrática, pejorativa, participativa, o mínimo, que pudesse trazer para mesa questões centrais, isso não é uma discussão plural, discussão plural para a sociedade inteira vai ta estar na eleição, os planos de governo, mas o planejamento não é plano de governo, Fernando disse aqui e eu repito, quer dizer, para não confundir as coisas, senão a gente mistura tudo, tudo mesmo, uma, um terreno muito aloco sem situação, então se olhar muito, acho que é isso, acho que a gente tem que trabalhar, por que eu acho que o projeto de longo prazo é importante? Aí vou dizer uma outra direção minha que eu acho importante. Porque nessa brincadeira foi para o ralo, foi a ideia de pensar com horizonte mais largo do que a Índia, você programa, contrata anualmente numa peça orçamentária que vai ser feito, com todas as características que vocês conhecem mais do que eu, mas não há nenhum momento que você combinou o jogo com um olhar mais a frente, e como que eu vou discutir com grandes rivais da ciência e tecnologia, como que eu vou explorar ferramentas que seriam né, fazer diálogos modernos sobre a construção do planejamento usando ferramentas com mais desenrolo? Não tem porque, porque eu não vou fazer isso para discutir se vou gastar dois ou três, se vou contingenciar, são problemas que não estão na linha dessa mesma ordem de pensar um projeto nacional de desenvolvimento, desdobrar isso num planejamento de longo prazo e desdobrar esse planejamento de longo prazo nos elementos de interface necessários para um diálogo de programação do orçamento, eu acho que aí está um pouco junto, a constituinte supervalorizou a programação do orçamento em detrimento de uma visão de construir a base para esse diálogo mais leal na sociedade, então nesse momento eu acho que a gente vai ter que voltar atrás e reconstruir, a minha opinião é um pouco essa, apesar de que declarei isso várias vezes em público, não to fazendo fake, eu tenho todos pensam dessa maneira, mas acho que esse é um desafio, recuperar o que é terreno, do planejamento no sentido maior, integra essas dimensões todas, nós precisamos discutir isso, mas que não é substituído por uma gestão, isso é uma ideia que eu tenho.

**P/Leandro Couto –** Bom, eu acho que a gente ainda tem tempo né, a Associação vai oferecer um almoço a todos aqui dentro do prédio, então se tiver mais perguntas a gente vai conversar um pouquinho, Etevaldo, por favor.

**P/Etevaldo –** Meu nome é Etevaldo, sou APO e estudo MDA. Ministério do movimento agrário. A questão do planejamento que foi questionado a mesa pelos debatedores, nós temos nesses últimos anos várias conferências setoriais, agora mesmo, semana passada teve a conferencia nacional de desenvolvimento rural solidário e sustentável. Não seria uma ferramenta, um estimulo para que a gente tentasse fazer esse planejamento de longo prazo, a longo prazo não, planejamento de curto prazo ou médio prazo, ainda tenho, porque as conferências, a dificuldade, que a sociedade tem conflito, então conflito urbano rural, nós temos o rural com conflito, temos conflitos de todas as dimensões na sociedade brasileira e você por semear isso, esses conflitos dentro de uma democracia, a Ditadura era uma coisa maravilhosa, não tem conflito na Ditadura, oh, ta aí o tanque resolve, e a outra questão é, será que o Brasil hoje está preparado para crescer a mais de 3, 3,5% na estrutura produtiva brasileira, e hoje, é interessante a gente sacrificar várias coisas para só crescer, só colocar números no emprego nacional, ou resolver um grande problema que eu já notei que existe, que é a desigualdade social? Não estou dizendo aqui que a gente deve parar de crescer e distribuir o valor depois, quando chegar a uma distribuição razoável a excelente, a gente começa a crescer.

**P/Leandro Couto –** Em perguntas tem mais alguém? Mais alguém gente, ninguém, nenhum corintiano, colorado, botafoguense, não, vascaíno? Não, ninguém, colorado não? Não, ah ta, o pessoal ta abatido mesmo. Deve ser porque o pessoal já está ficando com fome e ta na hora da gente ir.

**P/Antonio Carlos Galvão –** Eu não sei se eu entendi Etevaldo ou Edvaldo...?

**P/Etevaldo –** É T...

**P/Antonio Carlos Galvão –** Etevaldo...

**P/Etevaldo –** ET...

(risos)

**P/Fernando Resende** – Bem, tem uma questão interessante, que são essas conferências todas que tem sido uma organizada, seria um momento, seria um espaço para reunir os elementos importantes para se avançar na construção do planejamento, a verdade que você procura explorar conflitos entre diferentes atores nesse processo, no caso especifico, você falou da conferencia no caso do movimento agrário, com todo esse conflito de transições entre ruralistas e outros, não é só essa, ano passado fizeram conferência de desenvolvimento regional aqui em Brasília e outras tem sido feitas países afora, eu acho que isso são elementos interessantes, mas isso precisa estar devidamente organizado, eu acho que a *(Ininteligível)* de Carlos Galvão, é preciso ter regras, procedimentos e momentos onde essas coisas são consolidadas, eu acho que essa discussão da participação da sociedade é irrelevante, mas ela precisa estar devidamente organizada, instruída, porque não adianta você sair colhendo opiniões, informações e posições de vários atores da sociedade e depois tentar consolidar isso num documento, eu acho difícil que as coisas aconteçam desta maneira. Algumas instituições dotadas de conhecimento especializado, dotadas de capacidade de refletir ou conhecimento multidisciplinar, poderiam sim, ser demandadas para oferecer documentos que tentem articular essas diferentes visões dos problemas e que esses documentos se possam se levados a uma discussão mais ampla e depois de novo consolidado, porque é muito difícil você construir alguma coisa com inicio, meio e fim, com pé a cabeça, num processo desorganizado, o processo tem que ter uma organização, a liderança desse processo tem que ser, em determinado momento, um poder constituído. Agora, como conduzir isso... Eu poderia oferecer aqui uma questão, porque na sequencia sua pergunta foi: mas será que é importante crescer mais do que 3,5% ou é importante dizer que nós vamos melhorar a distribuição para crescer? Isso me parece ecoar uma discussão dos anos 70. Antes do governo militar, nem era governo, anos 70 era um pouco assim, precisa crescer para distribuir ou precisa distribuir para crescer? Eu acho que, isso é uma farsa, uma falsa dinâmica, então fazer as duas coisas e a pergunta é: é possível sustentar, eu vou repetir a pergunta que eu fiz no inicio, esse modelo de crescimento com melhoria das disparidades sociais, numa economia crescendo na faixa de 3% ao ano? Isso podia ser um \_\_ para uma reflexão sobre o planejamento, se vocês quisessem sugerir aqui. Então é que a pergunta seja distribuída a este auditório, qual seria o planejamento dos próximos dez anos para garantir que esse modelo se sustente no Brasil nos próximos 30 anos? Da para fazer do jeito que está, é possível? Qual o diagnostico? Primeiro precisamos pensar no diagnostico da situação, que hoje ainda não temos um diagnostico, nós vamos, digamos assim, procuramos equilibrar em várias terras e numa atitude que eu diria muito mais reativa do que pró-ativa, na minha visão o governo vem reagindo nos últimos anos as pressões, as oscilações da conjuntura interna e externa, essa reação produziu resultados positivos, mas gerou um ambiente que está se tornando, a meu juízo, extremamente difícil, a administração dos recursos que se instauraram no âmbito do Brasil hoje, está muito caro, não só no governo federal, se olhar no resto do país também, e como sugerido aqui, já que o Fernando Resende sustentou aqui os direitos federais, é esse se quiser, que é o esforço do planejamento não se concentra nessa questão? Não é nem preciso explorar o diagnostico, avançar na análise dos fatores que podem contribuir positivamente ou negativamente, de como precisaria por em discussão o que precisa ser feito para superar as dificuldades e para estimular as oportunidades, para isso tem que ser um debate organizado, não é um debate a ser feito do momento de elaboração do próximo PPA, ele é, está por cima disso, além disso. Para concluir, eu acho que essa é a questão que ninguém reapresenta como essencial, nesse ponto em que nós estamos, não é só que era nós, independe do discurso agora que o problema é do planejamento e a gestão, é que nós invertemos também a lógica da relação do planejamento e orçamento, está aí o exemplo mais marcante da, vou exagerar, da falência do PPA é o fato de que não é o orçamento que se ajusta ao plano, é o plano que se ajusta ao orçamento, a regra constitucional diz que não pode ter nenhum programa no orçamento, nada no orçamento, tem que criar o emprego, o que tem acontecido? A cada ano você muda, faz uma, você muda a própria modificação do plano para comandar um novo programa, então pronto, para mim é a visão mais clara do que é, o plano não pode ser bem elaborado, mas as condições de executar o plano que não da, é as conjunturas que acontece com a gente, se a gente não reconhecer o fato, acho que nós ficamos com dificuldade muito grande de trabalhar para mudar essa realidade, muita gente se acomoda na situação um pouco esquizofrênica, as coisas, as coisas são como elas parecem e não como elas são na realidade. Talvez seja realmente uma questão de psicanálise e não de economia e a gente precisa, talvez convocar no próximo seminário alguns psicanalistas para decidir a crise do planejamento. De novo, muito obrigado aqui a questão.

**P/Antonio Carlos Galvão –** É, gente eu acho assim, eu queria dizer para o Etevaldo que eu acho que você está tocando num ponto muito importante, é o seguinte: a gente precisa colecionar quais são os elementos que a gente pode trazer para essa reforma orçamentária, por exemplo, as conferencias setoriais são um grande mérito, que tem sido melhor apropriado pelo planejamento, porque elas são vistas por algo lá fora, com iniciativas especializadas e que a gente não tem buscado fazer uma maior integração das reflexões e das direções que saem de lá para pensar esse projeto, para articular essas iniciativas do planejamento no Brasil, então acho que referencias setoriais podem ser uma ferramenta? Podem, normalmente elas trazem os germes de discussões substantivas, ainda que muitas se percam em um ano e inúmeras, miríades de pequenas questões, mas normalmente tem algum momento central que elas poderiam ser uma ferramenta auxiliar importantíssima ao nível dessa integração que o governo recebe, mas eu imagino que existem outras possibilidades como essas, para ficar num exemplo da minha área, a gente tem feito esforços sistemáticos de fazer planos regionais, de discutir estratégias em temas especializados, como na área de ciência e tecnologia do qual vocês aprenderam e exercitar esse diálogo federativo em âmbito, particularmente, através da secretaria de estado, ciência e tecnologia e inovação, e as fundações não param para esse, então a gente está desenhando, tentando recuperar um terreno de estratégias regionais de intervenção na área de ciência e tecnologia e inovação, aí eu digo assim: tudo bem, estamos começando, quando ta no começo, ele é cheio de obstáculo, cheio de buracos, mas é interessante ver que a gente consegue trazer alguns elementos novos para melhorar, algumas percepções que vem lá da ponta, da sociedade e é obvio que o planejamento centralizado que a ente viveu tinha um pecado mortal de ser pensado só em Brasília muitas vezes, hoje não é assim, hoje você precisa ter muito mais um papel integrador, do que propriamente de formulador de estratégias para lidar com território de maneira consciente, eu acho que a gente pode ter aí vários ensaios como esses das conferências, com exercícios localizados setoriais, que precisam ser trazidos a um olhar de como eu proporia uma remontagem de estrutura de planejamento, mas é preciso contribuir com uma instancia de integração, por isso que eu acho que essa sala aqui é um exemplo apropriado, o local mais adequado para fazer algum tipo de exercício nessa direção. Nós não estamos falando do projeto nacional de desenvolvimento, isso tudo que o Fernando colocou, concordo, não se trata de substituir a sociedade num espaço debilitado como esse de políticas, mas a gente pode ser um decodificador importante desses grandes debates nacionais para dentro do diálogo com as políticas públicas, pensando-as federativamente. Quando eu penso em investimento supremo, essa reforma pode ser maior ou menor, por exemplo, na regional eu acho que está mais bem demonstrado que a gente não vai muito longe, com as estruturas se beirando no passado como estudar o estudante. Temos que pensar em coisas novas, eu hoje estou convencido que uma grande agência de desenvolvimento regional, nacional para fazer com que esse tema não seja um tema compensatório marginal, só daquela região, só da outra, mas que pense no território nacional como um todo, talvez fosse um avanço importante e como eu recrio sobre isso, eu trago de volta toda uma mazela histórica que foi uma situação que durante décadas persistiu, durante vários anos, quando fala em décadas persistiu na condução de vestimenta da política regional, eu tenho instrumentos, estão completamente desfocados, eu tenho fundos constitucionais que foram criados em 88, eu tenho fundos que foram dadas as agencias regionais que substituíam superintendências, e que é hoje como superintendente, estão aplicados de uma maneira absolutamente, na minha opinião, sem muito conteúdo, sem muita orientação, sem muita inteligência, então eu tenho, não só no terreno das instancias de discussão do plano, mas até em conjunto de instrumentos, a possibilidade de remontar coisas onde o planejamento pode cumprir um papel de suscitar, instigar e de colocar na mesa a discussão política, como esse exemplo da área regional. A gente tem muito dinheiro em política regional, tenho dito isso a larga, nós usamos muito mal o dinheiro que temos e não produzimos transformações estruturais na socioeconomia brasileira, muitas vezes reproduzimos o que já é historicamente de se fazer na região, isso tem sido uma constante. Eu concordo com o Fernando que essa visão reativa não constrói essa reformulação do planejamento, essa aceitação da visão onde simplesmente reagiu o debate no mais geral, que de certa forma a hegemonia do PPA e o orçamento orienta, ela é impeditiva de um avanço na direção do fórum, na liturgia da rede de planejamento, envolve Congresso necessariamente, envolve a federação necessariamente, envolve os espaços políticos que estruturam ela, a nossa nação. Então eu acho que de certa maneira, sem ir muito longe também, qualquer liturgia que eu construa, teria que pensar nessas instancias, teria que pensar nos papeis do parlamento, no vai e vem que deveria ter, teria que repensar num diálogo que estabelece plano de governo e pensar de uma forma não reativa significa ultrapassar horizonte, assim como a Eliane colocou e o Fernando colocou também, significa ultrapassar o horizonte e ir para o *(Ininteligível)*, período de governo, significa terá capacidade de interagir com a dinâmica de governo, mas não ficar submetido a lógica dos quatro, quatro anos ou cinco, observa que tinha ano passado e que tem uma visa muito estreita com o pública em uma discussão como essa que a gente também está construindo. Então acho que o desafio de integrar mais amplamente uma estratégia de planejamento de várias linhas de superar a demora, passa pelo reconhecimento de que nosso calendário não pode ficar se possível ao calendário político, precisa ter algum, algum elemento de compatibilização dessas coisas que impedem uma visão mais de longo prazo desse exercício e dessas coisas. Finalmente, eu também acho uma falsa dilema, reduzir a desigualdade e crescer, mas acontece que está na mesa, está na mesa na medida em que politicamente, algumas cabeças defendam o abandono de uma trajetória de inclusão social em prol de maior energia na discussão do aumento da produtividade ou na instigação de desenvolvimento econômico. Então eu concordo com o Fernando de que não é um falso dilema, mas é um dilema que nós não podemos perder de vista, então assim, esse dilema que tem tudo haver com valores maiores da sociedade brasileira recém-conquistada, então eu acho que se você pensar dinâmica brasileira, admite ter ganhos menores na dinâmica de crescimento, na evolução da produtividade, no crescimento agregado da nossa economia, o que isso significa? Significa que eu, se tiver que prejudicar crescimento para manter a minha trajetória de redução de desigualdade, eu, na minha opinião, seguiria atuando dessa forma. Eu vou comentar aqui um pequeno exercício que eu ainda to construindo, mas que me chamou muita atenção, quando você pega o censo de 2010, a gente montou um mapa no território para fazer Cinema e Direção, isso no Bolsa Família, ele tem uma configuração territorial bastante satisfatória, mas quando eu coloco em outro mapa, que são dos outros programas sociais, históricos, tradicionais, tem haver com o nosso administrar, ele tem uma configuração profundamente oposta, porque é muito ligada a dimensão do mercado de trabalho no Brasil, onde estão os vincões da produtividade, do pagamento maior, acontece que ainda hoje isso é uma ilusão que eu perdi olhando esses dois mapas, o mapa dos outros programas sociais anula profundamente o mapa do Bolsa Família, o resultante brasileiro ainda é um conjunto de políticas sociais que em várias dimensões, tem o endereço das áreas mais densas da economia brasileira no território do centro-sul, então de novo, o território é fundamental está ao lado para que a gente possa, eu acho território uma das chaves para pensar esse novo planejamento, que eu imagino que ele possa nos ajudar muito, para superar dimensões importantes de conflito, boa parte das dimensões do conflito estão instaladas exatamente numa falta de conhecimento que temos sobre as implicações, inúmeras medidas tem sobre o território e sobre as repercussões de várias das linhas de política pública e acho que esse exercício talvez seja importante desenvolver em curto prazo para aumentar a capacidade nossa de propor uma nova liturgia para o desenvolvimento do país. Obrigado.

**P/Fernando Resende** – Só uma coisa que eu esqueci, essa questão é fundamental, porque nós estamos assistindo nos últimos 15 anos, mais do que isso, houve uma convergência social com a redução de disparidade de renda entre as famílias, mas houve uma interlocução do processo de convergência regional que parou lá atrás, a renda per capita media do Nordeste, hoje ainda é a mesma da década e década que foi consultado esse dado. Isso está na raiz dos conflitos regionais e federativos que se acentuaram nos últimos anos, e essa é uma questão essencial do debate.

**P/Leandro Couto –** Obrigado. Antes de encerrar para gente ir para o almoço, vou passar a palavra para o Antonio Marcos que está querendo fazer uma, uma, vou pedir só para ser sucinto para gente depois poder liberar o pessoal e a gente retoma aqui. Pedir um pouquinho de paciência para os membros.

**P/Antonio Marcos –** Muito obrigado. Eu resisti, mas fui vencido, fui vencido por várias razões, a primeira é que me sinto um pouco implicado tudo que me disseram dentro desse lugar até hoje e mais implicado ainda na constituição. Porque havia um problema muito sério, pelo menos para mim, quase uma angustia, que naquele período de que o sistema de planejamento ou o planejamento a nível mundial veio a ser vazado, como veio, de fato e a sucessão brasileira, isso é muito critico, se lançou plenamente na constituição, um banco para ele da constituição, se passava lá até três da manhã, quatro da manhã com esse tema. E tinha que enfrentar os três anões do orçamento e quando eu cheguei para expor, a primeira coisa que me disseram foi que eu já tinha o projeto dele, não precisava mais, projetos alternativos. Pelo jeito, terei que ser curto porque senão a historia, o fato é que o secretario da subcomissão enfrentou a direção da subcomissão e disse: não, a Associação vai expor o que tem uma folha a ser despertada ao sair nessa área e expor realmente uma preliminar de projeto sobre a área de finanças públicas que nós nominamos de planejamento e orçamento, mas que não resistiu. O processo constituinte foi andando, foi andando e eu via o esvaziamento que se queria fazer, as mensagens que eu recebi, não Ronaldo, isso vai cair, o Serra vai roubar a minha comissão, não isso e aquilo e foi um pedido tremendamente dramático, porque eu via o que estava passando nos outros países da América Latina, e que estava passando no país, o estado brasileiro estava sendo rejuntado, ou seja, a capacidade de atuar no estado brasileiro, isso é uma coisa um tanto ou mais do que eu, foi tremendamente comprometido nesse período. Plano \_\_, diretrizes orçamentárias e o orçamento são peças que nós colocamos na proposta da Associação, mas que não foram distribuídas totalmente como nós tínhamos proposto, para mudar a configuração política nas pressões que haviam, eu dizia: se isso passar, já é uma vitoria, e o resultado não foi outro, eu acho que o fato de constar na constituição a obrigação do plano, nós não chamávamos plano por Inova, o acoplamento do plano com o orçamento e além das diretrizes orçamentárias que não foi proposta da Associação, a proposta da Associação era um procedimento entre os dois poderes executivo e legislativo no sentido de que as grandes variáveis macroeconômicas que dessem base no orçamento, fossem ancoradas por uma comissão justa, mas não levada ao status de uma lei. Quando se fez essa proposta, eles disseram: não, não resisti estudar isso durante uma semana e depois nós vemos, quando vieram, eles disseram: não, essa proposta brasileira é diretriz e tem que ser uma lei, então se tem que ser, vamos esperar que haja alguma outra reação para que não fique tão amarrado ao processo orçamentário ao inicio, que a ideia é formar uma comissão entre o Ministério do Planejamento e a assessoria do Congresso no sentido de definir, qual é a perspectiva de crescimento do produto, no setor mais importante, cambio etc. O que já se fazia antes, mas que fizesse antes de se da inicio a elaboração da proposta e sobretudo, possibilitar um ajuste, já se tinha avaliado da execução do exercício anterior para ver que isso iria refletir justamente com orçamento nos próximos anos, mas senão foi, ameacei, hoje em dia eu fui atacado muitas vezes por causa disso dizendo que eu fui autor daquilo, de maneira alguma, a proposta da Associação foi um procedimento quase administrativo entre dois poderes para criar uma base que se pudesse trabalhar orçamento, bom, e aí começou, primeiro começou que logo nos primeiros anos não se cumpriu nem plano, nem diretrizes, nada, nada da conjuntura, isso de certa maneira, se voltar ao ponto que o CEMEC que era o Centro da Capacitação no país, um dia me chamou e disse: vamos fazer a matriz, eu falei: vamos, vamos tratar disso, de enfrentar essa situação, porque já a capacidade de planejamento do estado brasileiro tem aferido o planejamento, ninguém mais vai acreditar no planejamento, e essa é a batalha que nós estamos enfrentando até hoje, porque é difícil fazer preposições que avancem, mas é mais difícil remover uma situação que, segundo a administração, está contaminada pelos creditos de um sistema, de um processo, sobretudo, de planejamento, falaram naquele período. E eu creio que o que ficou na constituição foi de certa maneira, a recuperação, o inicio da recuperação no processo de planejamento quanto a isso. Há posições já declarações a nível, estou falando neste sentido até de economistas de proeminência na área dos órgãos internacionais, afirmando isso e sobretudo, isso fez com que o país se projetasse, pelo menos na América Latina, como uma revolução ou uma contra revolução, que a maioria dos países da América Latina que tinha eliminado tudo que era instituição relativa ao planejamento, começaram a recuperar seus Ministérios de Planejamento, suas estruturas de planejamento etc. E isso permanece até hoje. Agora evidentemente, eu queria justamente fazer um comentário sobre, reafirmaram um gestor de todos, e que eu vejo que há pouca preocupação com o mundo, a situação de hoje é muito mais complicada em ter um planejamento do que foi nas décadas de 60, de 70 etc. Muito mais complicadas, eu estou vendo aí, a Europa que não sai dessa, hoje anunciam a grande novidade, a Espanha inicia sua recuperação, é uma ilusão, é uma ilusão total, internamente a imprensa espanhola está afirmando, isso é um equivoco do governo, querem iludir mais ainda a sociedade espanhola. A mesma coisa passa com os Estados Unidos, e esse é a variável que eu acho que é mais importante que o Brasil examine, porque inicialmente você pensou: não, não vamos entrar nessa crise, como não vamos entrar nessa crise, um processo de globalização como esse, que nós estamos dependendo de nosso setor externo, basicamente, tanto pelos riscos financeiros, como pelas nossas exportações, qualquer coisa, o comportamento do mundo vai acertar na resenha, e esse no meu entender, é o campo das estratégias futuras, o resultado dessa crise no mundo não vai ser a mesma coisa em termos de distribuição do governo e das restrições que o Brasil vai ter nessa nova concepção. E eu acho que aí não vejo internamente gente dedicada a um estudo mais profundo, mais amplo para ir situando as possibilidades do país, também o país vai ter as condições que teve na década passada ou no século passado, nem o mundo vai ser o mundo que foi no século passado, isso ta claro, então eu acho que deveríamos, eu acho não, é o meu pensamento, em ter o governo, o planejamento do governo, tem que modificar-se totalmente, não há mais planejamento, estado internamente, o planejamento tem que ser quase a gerencia de área da situação, porque os fatores de mudança já não são internos somente. As nossas possibilidades de nossas limitações vão vir em grande parte do resto do mundo. Bom, isso realmente é questão de falar, vocês me desculpem, eu não pude resistir ao contrario, e quero felicitar tanto a Assecor pela reunião, como os instrumentos que eram assim, velhos fornecedores, velhos participantes, não, velhos no sentido de, hein, estarem atualizados nos sistemas que acompanham e que acontecem no país. Muito obrigado.

**P/Leandro Couto –** Obrigado Antonio Marcos, Presidente da Associação Brasileira de Orçamento Público, mais uma aula, que tem o costume e que nos trouxe a este lugar. Também queria somar a esta ata, queria agradecer novamente ao Galvão, professor Fernando Resende, parabenizar a Associação, professor Eduardo e todos os professores que participam da Associação e que enfim, todos os colegas que estão aqui hoje prestigiando esse evento, porque eu acho que isso que faz mais \_\_ para fazer repetidas vezes, isso a gente tem tentando fazer na Associação. Vou passar então para o cerimonial para dar o recado do almoço, parece que vai ser pato a *(Ininteligível)* e pizza de chocolate e quatro queijos, bom, não sei...

**Carlos Brant Jr (mestre de cerimônias) –** Bom, Assecor agradece aos participantes dessa mesa e também atenção de todos nesta manhã, realizaremos agora o intervalo para o almoço, em seguida a recepção está debruçada para entregar os *(Ininteligível)* aos participantes e retornaremos às 14 horas, um bom almoço.